

XV Congresso da REDE

HANDALA



Pelo direito a autodeterminação de todos os povos
PALESTINA LIVRE DO RIO AO MAR!

TESES, CONTRIBUIÇÕES E RESOLUÇÕES



SUMÁRIO

TESE: RADICALIZAR A DEMOCRACIA EM DEFESA DA VIDA E DA NATUREZA.....	3
TESE: UNIDADE PARA COMBATER A EXTREMA-DIREITA, PARA LUTAR EM DEFESA DE DIREITOS E PARA AVANÇAR EM CONQUISTAS PARA A CATEGORIA.....	11
TESE: LUTA E ESPERANÇA EM TEMPOS DE CRISE DA EDUCAÇÃO.....	25
TESE: FORTALECER A UNIDADE E A LUTA, COM INDEPENDÊNCIA DE CLASSE.....	35
CONTRIBUIÇÃO: GOLPE NO PLANO DE CARREIRA DA EDUCAÇÃO DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO.....	49
CONTRIBUIÇÃO: ASSISTENTES ADMINISTRATIVOS EDUCACIONAIS: PILARES INVISÍVEIS DA EDUCAÇÃO PÚBLICA E A LUTA POR VALORIZAÇÃO.....	53
CONTRIBUIÇÃO: A CONSTRUÇÃO E O AMADURECIMENTO DA LUTA DOS BIBLIOTECÁRIOS.....	55
CONTRIBUIÇÃO: SEGURANÇA NO TRABALHO E A AUTONOMIA DAS ESCOLAS DE ENSINAR, AVALIAR E QUALIFICAR O ENSINO A APRENDIZAGEM.....	57
CONTRIBUIÇÃO: POLÍTICA DE INCLUSÃO DA RMBH.....	65

TESE DO COLETIVO UNIDOS PELA REDE
RADICALIZAR A DEMOCRACIA EM DEFESA
DA VIDA E DA NATUREZA

O QUE ACONTECE NO MUNDO, NO BRASIL, EM MINAS E BH

1. Nós do Coletivo Unidos pela Rede, saudamos o conjunto da nossa categoria e iniciamos nossa tese reproduzindo algumas reflexões aprovadas pela Quarta Internacional por compartilharmos da urgência do debate já apresentado por nós no congresso anterior: ecossocialismo ou extinção.
2. A acelerada ofensiva do capital sobre a periferia, além da desregulamentação e exploração do trabalho, passa pela reorganização da produção e essa reorganização depende do desenvolvimento da base tecnológica, de muita energia e de materiais escassos e finitos. A busca por minérios, pelo controle das águas subterrâneas, por fontes de energia é estratégica para a recuperação do padrão de acumulação. E os países periféricos são depositários dessas riquezas e, portanto, controlar rotas comerciais e o poderio militar são elementos chaves nessa equação. Isso é o capitalismo fazendo seus ajustes.
3. Os impérios, principais motores da economia mundial, ávidos por recursos energéticos e por controle de mercados e rotas comerciais, travam batalha geopolítica e cibernética e não hesitam em destruir países, povos, territórios e comunidades através da guerra, da pilhagem, dos deslocamentos e da fome. Para tanto, é preciso destruir o multilateralismo precário do pós-guerra, que ameaça anexar territórios, países, infraestruturas de portos e rotas marítimas, principalmente através das guerras. Dentre tantas, o genocídio do povo Palestino é o horror de nosso tempo.
4. Desde a segunda metade do século passado, lutamos para conter a ofensiva por reformas neoliberais e a destruição do sistema de proteção social, especialmente dos direitos trabalhistas. Gradativamente, os grandes conglomerados capitalistas e os Estados gerentes transformaram as crises cíclicas de acumulação em munição para a desorganização da resistência da classe trabalhadora, impactada pelas mudanças tecnológicas e pela intensificação da divisão internacional do trabalho. Igualmente, a crise política, econômica e o isolamento das experiências de transição ao socialismo combinadas aos limites dos projetos nacionais periféricos e de inspiração social liberal desarmaram e fragilizaram movimentos e lutas coletivas, quebrando a unidade e, muitas vezes, comprometendo a independência de classe. Mas isso ainda não é tudo. Também ocorreram importantes rebeliões populares na África (Sudão) e Ásia (Sri Lanka), além das numerosas manifestações pelo clima; as mobilizações das mulheres contra a violência de gênero, a retirada de direitos e aos retrocessos quanto aos direitos reprodutivos; a escalada de mobilizações contra o racismo em diversos países; as greves dos trabalhadores da indústria metalúrgica nos EUA; a luta contra a jornada 6x1 no Brasil. A resistência das classes oprimidas presente!
5. O projeto capitalista ecocida do desenvolvimento ilimitado amplia a concentração, exploração e expropriação de recursos na escala mundial, transformando o espaço e a geografia do planeta em novas ou renovadas frentes de expansão e poluição das águas,

do solo e do ar. O capital redesenha a geopolítica, ao mesmo tempo em que combate qualquer regulação dos Estados nacionais e a gestão soberana de recursos, impondo a privatização dos bens comuns da natureza e de setores estratégicos.

6. O ritmo lento da transição energética não evitará a complementaridade que já é uma realidade: a prevalência dos combustíveis fósseis e o consequente incremento dos gases de efeito estufa com a finalidade de manter o padrão insustentável de desenvolvimento e modo de vida das maiores economias. Realidade que as cartas de intenções das COPs não mudam e as iniciativas de incentivo ao capitalismo maquiado de verde e as ditas compensações (licenças para poluir) através do mercado de carbono evidenciam: a cada dia o capitalismo predatório que reproduz desigualdade, avança sobre os bens comuns, florestas, territórios, povos tradicionais, ribeirinhos e originários. E as mulheres, o povo negro, os indígenas, a população LGBTQIAPN+, PCDs, imigrantes são quem mais sofrem os impactos das mudanças climáticas, da violência e da desigualdade.
7. As disputas imperialistas que desafiam a hegemonia americana provocam mais instabilidade e a intensificação da corrida armamentista. Diante da maior crise climática e da inação para o controle das emissões de CO₂, provocadas, especialmente, pelos combustíveis fósseis, agronegócio e pela mineração, os países motores do colapso ambiental incrementam de forma exponencial os gastos militares e a destruição de recursos. A escalada bélica na guerra da Ucrânia e, principalmente, a indiferença internacional ao genocídio Palestino escancaram o retrocesso imenso da nossa humanidade com a eliminação de povos, apagamento da história, da infraestrutura de cidades e países. Aos trágicos confrontos recentes precisamos agregar o deslocamento de pessoas e populações desalojados à força pela fome, perseguições, violências e pela guerra, que desde o final do Século XX e início do século XXI vagam pelo mundo oriundos da periferia do capitalismo, especialmente da África para a Europa e da América Latina para os EUA. Em 2023, segundo a Agência da ONU para os Refugiados (ACNUR), 117 milhões de pessoas permaneciam deslocadas.
8. No cenário internacional e regional, o governo Lula tenta retomar o protagonismo dos primeiros mandatos. Na região, busca um papel ativo na geopolítica através da articulação dos países da América Latina contando com Chile, Colômbia, Bolívia e mais recentemente o Uruguai. A crise venezuelana e as contradições e grandes limites do governo Maduro; a ascensão da extrema direita na Argentina, especialmente após a última eleição legislativa; a reeleição da direita no Equador, colocam desafios muito maiores. Já no plano econômico a articulação do Brasil no continente retoma os projetos de desenvolvimento que já foram também dos militares e da IIRSA/COSIPLAN (Iniciativa para a Integração da Infraestrutura Regional Sul- americana/South American Council of Infrastructure and Planning) de criação de infraestrutura para a exportação de commodities minerais, energéticas e agroalimentares, integrando a América do Sul do Atlântico até o oceano Pacífico em corredores de desenvolvimento para exportação aos países do norte, mas hoje centralmente para a China. Paralelamente, a China incentiva - sem o Brasil -, com seis países da região, o projeto Rota da Seda através dos investimentos chineses de infraestrutura. Ambas iniciativas de um mesmo modelo de dependência econômica que busca baratear custos de transporte das matérias-primas e impulsionar o comércio transnacional. O investimento do Brasil se dá através do BNDES e do PAC. A rodovia Transoceânica, o Ferrogrão, a Rota Transnacional de Capricórnio estão dentro desse projeto maior. Segundo o Laboratório de Estudos de Movimentos Sociais da Universidade Fluminense, serão atingidas pelas obras e rotas

664 comunidades indígenas, 247 comunidades camponesas, 164 comunidades quilombolas, 139 comunidades tradicionais, além do impacto devastador em ecossistemas de grande biodiversidade.

9. No plano internacional, o governo Lula recoloca o debate pela reforma das instituições multilaterais. Defende a necessidade de fortalecimento da OMC e ONU e a ampliação dos países com assento no Conselho de Segurança. Ao mesmo tempo, revigora a pauta de combate à fome. Enquanto, no contrafluxo, o presidente norte-americano boicota os organismos internacionais, opera o desmonte das instituições e ameaça com sanções, anexações, intervenções bélicas e guerra tarifária a diversos países com os quais estabelece relações comerciais. Nesse contexto, os esforços de constituição do BRICS+ como estratégia geopolítica de países emergentes para a cooperação e desenvolvimento sob a liderança econômica da China são um realinhamento no cenário global e articulado com a expansão da presença do capital chinês na América Latina. Mas no plano da política bélica dos impérios, os esforços de mediação de Lula esbarram na ambiguidade. A opção do governo de não rompimento das relações diplomáticas e comerciais com Israel é insustentável. Diplomacia não pode abrigar Genocídio. Chile, Colômbia e Bolívia já romperam as relações. Em relação à Ucrânia, mesmo considerando os condicionamentos da guerra pela expansão da OTAN ao Oriente, foi uma agressão russa. E sem o término da escalada bélica que passa pela retirada da OTAN e pelo reconhecimento dos territórios ocupados por comunidades - a guerra não cessará.
10. O Brasil, com sua imensa desigualdade e economia fortemente engessada pela dívida pública e dependente de commodities, é extremamente vulnerável ao mercado internacional e suas oscilações e crises. As crises, embora recorrentes no capitalismo, têm agravado a instabilidade da economia mundial e brasileira pelas crescentes disputas imperialistas, pela gravidade e impactos da crise climática e pela ascensão da extrema direita como alternativa anti-sistêmica. Os tensionamentos e disputas na esfera política são amplificados pela frágil coalizão do governo Lula, que oscila entre o arranjo de centro-esquerda original vencedor das eleições e a participação da direita no governo como interlocutores do agronegócio e dos interesses da burguesia, especialmente do capital financeiro. E diante do movimento golpista fracassado de 8 de janeiro, e das repercussões no parlamento para anistiar e mobilizar bases para a disputa de 2026, temos a paralisia da agenda política e os condicionamentos da crise climática, econômica, política, social e cultural pressionam e não darão trégua no curto prazo. Especialmente para um governo Lula de ambiguidades expostas e exploradas cotidianamente pela grande mídia e redes sociais golpistas. Só a organização popular, a luta social e a mobilização podem enfrentar a extrema direita e pressionar os parlamentos e governos. E não será por dentro das instituições de Estado que esta batalha será travada. Ainda que o PSOL venha em muitos momentos através de bancadas combativas cumprindo este papel.
11. Mesmo Lula eleito em 2022 derrotando o governo de extrema direita através da mobilização popular, a burguesia permanece muito forte na sociedade e a base social conservadora resta mobilizada pela extrema direita através do parlamento, dos executivos estaduais e municipais, igrejas e redes sociais digitais. Se, no início do mandato, é verdadeiro que o Governo Lula retomou políticas públicas compensatórias e que também atuou para reorganizar órgãos públicos sucateados e sabotados pelo Governo Bolsonaro, é igualmente verdadeiro que o Arcabouço Fiscal negociado e

aprovado piorado no Congresso Nacional limitará a necessária ampliação de recursos para reestruturar e ampliar políticas sociais, gerar emprego e renda, fazer reforma agrária, realizar medidas de desenvolvimento tecnológico etc. No sentido inverso, os cortes orçamentários aplicados em maio, na lógica de cumprir a meta fiscal a todo custo, comprometem a qualidade dos serviços públicos e a imprescindível manutenção da infraestrutura já existente. Ao mesmo tempo, o governo restabelece o acordo com as classes dominantes, nos marcos da hegemonia neoliberal, preservando seus interesses fundamentais que têm no sistema da dívida pública uma forma de drenar recursos da riqueza socialmente produzida para um punhado de capitalistas privilegiados. O governo, dessa forma, sinaliza que continuará realizando privatizações, via concessões e PPPs, e a consequente desnacionalização da economia. Em paralelo, vemos a ampliação das terceirizações e concessões na área da educação e da saúde nos estados e municípios. Porteira aberta com as muitas reformas trabalhistas. E consolidada com o regramento do trabalho intermitente em 2017, que segue ileso no governo Lula.

12. Os retrocessos no ordenamento urbano são galopantes por todo o Brasil. A especulação imobiliária avança sobre os territórios e sobre as áreas verdes restantes, sejam praças, parques ou áreas de banho. Também a demarcação de terras indígenas e a proteção ambiental estão sob constante ameaça em todas as esferas federativas. Mesmo com o esforço técnico e as políticas do governo federal de proteção dos povos originários e comunidades tradicionais e ribeirinhas, as ações são insuficientes para enfrentar a velocidade dos ataques de jagunços pagos por projetos econômicos e as pressões urbanas sobre o modo de vida das comunidades e povos. Sem a intervenção pública que garanta a demarcação das terras e a conclusão do regramento e da regulamentação estabelecendo o fim do Marco Temporal, a violência e a insegurança persistirão colocando em risco as vidas. Conter o desmatamento e avançar nas demarcações só será possível confrontando o agronegócio, mineração e demais atividades predatórias, através da luta e da mobilização.
13. A necessária presença independente da classe trabalhadora e dos movimentos sociais na dura conjuntura esbarra na forte institucionalização e burocratização das organizações sindicais e populares. Embora a unidade seja em muitos momentos buscada para enfrentamento ao crescente espaço do conservadorismo e da extrema direita na sociedade, as contradições da “coalizão Lulista” presente na gestão pública e em outras estruturas de Estado, como o parlamento e judiciário, acomodam através da negociação ou da imposição interesses de partidos de direita e liberais, muitas vezes com a anuência de setores do próprio petismo, com efeito devastador sobre as organizações e movimentos populares.
14. O ano de 2025 muito ainda nos reserva. A guerra provocada pelos impérios é uma ameaça constante de ampliação dos conflitos. A ascensão da extrema direita coloca desafios cotidianos de resistência nas mais diversas esferas. E no plano nacional a tragédia dos compromissos com a “base aliada” para a governabilidade, operada por Lula e Haddad, explicita os limites para uma efetiva disputa da correlação de forças desfavorável na sociedade: com a perda de parte significativa do orçamento, os constantes recuos do governo nas pautas econômicas distributivistas, a inércia quanto ao enfrentamento das leis trabalhistas, os cortes nas políticas de proteção social, os empecilhos para a demarcação e/ou titulação de territórios dos povos tradicionais e originários, a pressão ecocida sobre o IBAMA e Ministério do Meio Ambiente para liberação da exploração de petróleo na foz do rio Amazonas. entre outros. Além da

expansão das fronteiras agrícolas pelo agronegócio de grande impacto socioambiental e climático, especialmente pelo recente PL da Devastação que prospera no parlamento, capitaneada pela base governista sob os olhos omissos de parte da bancada petista. Revelando para 2026 um governo emparedado pelo parlamento e pela vontade de compatibilizar justiça social com o modelo extrativista exportador.

15. O acordo de livre comércio entre o Mercosul e a Europa, a par da celebração oficial, como visto nos pronunciamentos de Ursula von der Leyen, presidente da Comissão Europeia ao verbalizar que “este acordo é uma vitória para a Europa”, e do presidente Lula, como visto aqui; as críticas repercutem um entendimento dissonante às versões oficiais. Mateus Mendes, em "Uma vitória para a Europa", em alguma medida lastreado em seus estudos anteriores, desde o título, expõe uma análise assim sintetizada: "O acordo de livre comércio entre o Mercosul e a União Europeia é anacrônico e lesivo para o Brasil e demais países do bloco sul-americano".
16. Antecedendo as eleições do ano que vem (2026) e um mês antes do final do ano de 2025, teremos a COP 30, onde o Brasil é anfitrião e protagonista. De um lado, o governo brasileiro levará na bagagem a retomada de políticas públicas importantes de proteção aos povos indígenas e contenção do desmatamento. Por outro lado, terá empenho em ampliar e tentar garantir a negociação entre os países sobre acordos de compensação e mitigação. Mesmo os acordos nas últimas COPs não prosperando e que esses sejam insuficientes para os desafios enfrentados, será um espaço importante e de grande visibilidade para o debate climático. Contudo, teremos o ambiente de “negócios” que escancara os interesses e compromissos do capital e os limites da COP 30. O encontro paralelo da Cúpula dos Povos será o espaço de articulação para movimentos, ativistas e povos. Os trágicos eventos climáticos extremos no mundo e no Brasil, especialmente recordamos a tragédia no RS, são exemplos da urgência e da negligência. Nossa tarefa é dialogar com ativistas, movimentos e organizações que buscam alternativas anticapitalistas para enfrentar a barbárie e no debate fraterno semear o debate do ecossocialismo.
17. Minas Gerais vive o desgoverno Zema com sua saga de destruição dos serviços públicos, do meio-ambiente e privatização de empresas fundamentais para a garantia de direitos da população, a exemplo da COPASA e da CEMIG. As operações da Polícia Federal escancaram as negociatas em relação à mineração.
18. Sua política educacional de militarização das escolas foi derrotada pelos movimentos sociais, mas ele segue tentando destruir a rede estadual de educação e a UEMG.
19. Na saúde continua tentando fechar hospitais, privatizar o setor e penalizando a população com os atrasos nas consultas eletivas e nas cirurgias urgentes que foram suspensas.
20. Em BH, a operação da Polícia Federal afastou o secretário municipal por suspeita de corrupção e desvio de verbas. Na assembleia da categoria em março denunciemos a urgência de uma campanha para tirar o Bruno Barral da SMED e de fazermos uma CPI na educação municipal diante das diversas ações de envio de materiais caríssimos para as escolas sem ninguém pedir e sem nenhum critério técnico, retenção de recursos das Caixas Escolares causando a paralisação de obras contratadas, não envio do kit escolar para os estudantes, a falta de profissionais, de materiais básicos e de condições adequadas de trabalho, o adoecimento dos professores.

21. A verba que deveria ir para o essencial simplesmente sumiu. Disseram que iam repor, mas até agora nada. E o dinheiro está indo pra onde? Para contratos milionários com empresas privadas, reformas de pracinhas no entorno das escolas e serviços que ninguém pediu.
22. Ao invés de convocarem as pessoas aprovadas em concurso, apoiarem os estudantes com deficiência e melhorarem o planejamento, o dinheiro está indo para empresários, não para as salas de aula.
23. É hora da comunidade escolar reagir. A Educação precisa de transparência, de gestão democrática e de escuta real.
24. Na saúde, o governo Damião demite trabalhadores, retira a GM dos centros de saúde e desvia 2 milhões de reais para as empresas de transporte.
25. A luta em defesa dos serviços públicos de nossa cidade é parte da nossa luta educacional.
26. A força da mobilização popular é o único caminho para revertermos os ataques da extrema-direita no país, em Minas e em BH. O exemplo da mobilização realizada no dia 26 de setembro que obrigou o Congresso Nacional a enterrar a PEC da Bandidagem e a PEC da Anistia e a colocar novamente em pauta como prioridade para votação a isenção de impostos para quem ganha até 5 mil reais e a taxar os super ricos é o caminho a ser seguido pelo conjunto da classe trabalhadora.
27. Queremos o fim da escala 6x1, reforma agrária, reforma urbana e vida com dignidade para o povo brasileiro. Vamos às ruas! Só a luta muda a vida!

A EDUCAÇÃO COMO LOCAL DE DISPUTA DOS SENTIDOS DA VIDA E DA HUMANIDADE

1. Você já observou que o menor salário entre os concursados de nível superior da Prefeitura é o dos professores e professoras? Com esse salário baixo, muitos de nós precisamos trabalhar em duas, três escolas. Corremos de um lado pro outro, esgotados, tentando dar conta de um trabalho que não acaba quando a aula termina. Além de ensinar, lidamos com questões emocionais, sociais, familiares. São problemas da nossa sociedade que reverberam nas crianças — e recaem sobre nós que trabalhamos nas escolas.
2. O número de licenças por adoecimento psicológico só cresce. Estamos sobrecarregados, doentes. E isso impacta diretamente na relação com os estudantes e na qualidade da educação. Além disso tudo, convivemos cotidianamente com os ataques fascistas contra a nossa profissão, para desmoralizar nossa atuação social e jogar pais, mães e responsáveis contra nós.
3. Precisamos retomar o diálogo com as comunidades escolares. Educação é um direito que precisa ser garantido, respeitado e compartilhado entre a família e a escola.
4. Valorização profissional não é um favor, é um pilar. Não dá mais para fingir que está tudo bem enquanto os professores e professoras e demais funcionários das escolas desabam em adoecimento e são vítimas de violência física, psíquica e política todos os dias.

5. Por isso, precisamos parar para pensar no que está acontecendo com a profissão docente no Brasil. Em 2018, nosso país ficou em último lugar em um ranking global sobre o status dos professores. Último lugar. E nada mudou de lá pra cá. O que mais tem hoje é professor e professora desmotivados, adoecidos e pensando em sair da sala de aula.
6. Sabe por quê? Porque os salários são baixos, as condições são precárias e os ataques à profissão são cotidianos, um profundo desrespeito com o nosso trabalho.
7. E para piorar ainda enfrentamos salas superlotadas, calor insuportável, falta de estrutura. E aí, vem o discurso de que “a educação é a base de tudo”. Mas como é que vamos melhorar a educação se quem ensina não tem nem o básico para realizar o seu trabalho?
8. A pandemia barrou o plano que já estava sendo debatido em algumas redes de educação de utilizar vídeo-aulas e trocar os professores/professoras presenciais por monitores, mas sabemos que o que está por trás dessa política é o projeto de fim da escola pública de qualidade para todos. É a privatização, a terceirização e a implementação à força de uma educação autoritária a serviço do capitalismo e do fascismo.
9. É preciso valorização real — salário digno, plano de carreira digno, condições de trabalho, respeito, valorização profissional — porque sem professor, sem professora e demais trabalhadoras e trabalhadores das escolas, a educação coletiva de uma sociedade não tem futuro.
10. PISO NÃO É TETO! É PISO NA CARREIRA! É REAJUSTE ANUAL TODO MÊS DE JANEIRO!
11. Mais um ano de Campanha Salarial da nossa categoria. Novamente apresentamos a tabela de vencimentos para termos dimensão de duas situações:
 - a. A perda coletiva que tivemos com o desmonte da carreira conquistada em 1996, com a exclusão dos níveis de 1 a 3 em 2020, e dos níveis 3 a 7 em 2022, para garantir que a PBH cumprisse a lei nacional do piso, optando pelo pagamento proporcional e não integral.
 - b. O descumprimento do pagamento do piso nacional na carreira que rebaixa todos os salários do conjunto da categoria.
 - c. Essas duas ações políticas da PBH impactaram a carreira do pessoal da ativa combinada com a ruptura da paridade das pessoas aposentadas.
 - d. Por isso, precisamos exigir o pagamento imediato do percentual anual do piso nacional do magistério na carreira com pagamento retroativo a janeiro, conforme a previsão legal.

12. Propostas de mudanças estatutárias:

- a. incluir onde couber: durante o período de assembleia permanente, será garantido o prazo mínimo de 24 (vinte e quatro) horas para convocação de uma nova assembleia.

Justificativa: a experiência de 2025 demonstrou que a convocação de uma assembleia com menos de 04 (quatro) horas comprometeu o debate e confiança política da categoria nas instâncias de decisão.

- b. alteração do valor de contribuição sindical de filiado/a: será descontado 1% do salário-base do nível que está na carreira sem incluir as vantagens pessoais adquiridas (quinqüênios, dobras).

Justificativa: o processo de desmonte da carreira afetou drasticamente as pessoas aposentadas e com isso elas estão enfrentando dificuldades financeiras para manterem a sua contribuição.

- c. **incluir onde couber:** a reorganização do modelo/formato de funcionamento do Departamento Jurídico e o modelo/forma de contratação de advogados será debatida, analisada e definida pelo conjunto dos membros da Diretoria Colegiada e não somente pelos/as diretores/as responsáveis pelo Departamento Jurídico e referendada pela Assembleia de Filiados.

Justificativa: garantir o processo de transparência dos serviços prestados ao conjunto da Diretoria Colegiada e dos/as filiados/as com o objetivo de evitar situações de denúncias de assédio moral e de processos judiciais contra a nossa entidade sindical.

TESE DO COLETIVO TRAVESSIA E INDEPENDENTES

UNIDADE PARA COMBATER A EXTREMA-DIREITA, PARA LUTAR EM DEFESA DE DIREITOS E PARA AVANÇAR EM CONQUISTAS PARA A CATEGORIA

Saudações a todas, a todos e a todes!

O XV Congresso do Sind-REDE/BH homenageia a resistência heroica do povo palestino contra o genocídio promovido pelo Estado de Israel. É um importante evento de nossa categoria, na perspectiva de seu fortalecimento e do fortalecimento do próprio Sind-REDE/BH.

Esta tese é assinada por ativistas **INDEPENDENTES** e militantes da **TRAVESSIA – Coletivo Sindical e Popular**¹. Somos trabalhadores e trabalhadoras em educação da rede municipal e, no Sind-REDE/BH, integramos o **Coletivo FORTALECER**.

Defendemos que os objetivos deste congresso sejam reafirmar as pautas da categoria, aprofundar o debate sobre as táticas de mobilização e fortalecer o nosso sindicato, que, além de ser um instrumento de luta da categoria por suas pautas específicas, também é uma ferramenta de luta em campanhas mais gerais, em prol da agenda da classe trabalhadora e de sua emancipação.

Entendemos que os sindicatos constituem uma frente única, na qual devem atuar todos e todas os/as lutadores/as da categoria. Devem ser independentes de todos os governos, pois cabe a eles a defesa intransigente dos interesses dos trabalhadores.

Nesta tese, desenvolvemos uma série de temáticas, expondo nossas análises, caracterizações e propostas de resoluções para fins de intervenções políticas, que consideramos as mais acertadas para o sindicato desenvolver no próximo período.

Remetemos a textos específicos as propostas de resoluções que construímos em conjunto no Coletivo Fortalecer.

Desejamos um congresso vitorioso para todos nós!

¹ Travessia, Coletivo Sindical e Popular: para maiores informações acesse o nosso manifesto em: esquerdaonline.com.br/2019/12/11/leia-o-manifesto-de-lancamento-do-travessia-novo-coletivo-sindical-e-popular ou no Facebook: facebook.com/travessia coletivosindical e popular

CONJUNTURA INTERNACIONAL

Em defesa do povo palestino

Iniciamos a análise conjuntural de nossa tese a partir da denúncia dos ataques israelenses sobre Gaza, que remontam a outubro de 2023. Esses ataques têm causado uma destruição massiva, que muitos organismos internacionais qualificam como ofensiva genocida — pela escala, pelo impacto sobre civis e pelo uso de táticas que dificultam o refúgio ou o socorro.

Até meados de 2025, o Ministério da Saúde de Gaza reportou mais de **64 mil mortos**, entre civis, incluindo mulheres, crianças e idosos. Segundo análises da ONU, cerca de **70% dessas vítimas são mulheres e crianças**, os bombardeios atingem frequentemente residências, escolas, hospitais e abrigos de deslocados. Além disso, há relatos de milhares de pessoas desaparecidas sob escombros ou em áreas inacessíveis, muitos idosos impossibilitados de se mover, agravando ainda mais o sofrimento humanitário.

A reação internacional tem variado: há condenações de organismos do direito internacional, ONGs, entidades de direitos humanos e vários países que expressam surpresa, horror ou exigem cessar-fogo imediato. O Tribunal Internacional de Justiça (ICJ) já recebeu denúncias de genocídio e ordenou medidas provisórias, reconhecendo a gravidade do cenário humanitário. Movimentos populares e protestos em diferentes países têm cobrado a responsabilização de Israel, pressionando governos a revisar suas políticas de apoio militar e diplomático, além de amplificar o apelo pelo envio de ajuda humanitária.

Não há dúvida de que existe uma política do Estado de Israel de extermínio do povo palestino e de expansão de assentamentos de colonos israelenses em todo o território palestino. Essa política conta com o apoio do imperialismo dos Estados Unidos, sob o comando de Trump.

Defendemos a suspensão imediata do genocídio contra o povo palestino e o envio urgente de ajuda humanitária. O envolvimento das entidades e dos movimentos sociais nessa luta é fundamental. É necessário exigir do governo Lula o rompimento das relações diplomáticas e comerciais com Israel — esta deve ser uma de nossas bandeiras neste momento.

O Sind-REDE/BH tem sediado o **Comitê Mineiro de Apoio ao Povo Palestino** e se consolidado como um ponto de apoio fundamental nessa luta de resistência. Este Congresso, que carrega em seu nome a homenagem à luta do povo palestino, precisa aprovar resoluções que construam formas concretas de envolvimento da categoria nessa causa.

Entendendo o contexto internacional e seus impactos locais

Belo Horizonte não está isolada do mundo. O que acontece em nossa cidade, no estado e no país reflete mudanças políticas, econômicas e sociais globais. Por isso, é importante analisar, ainda que de forma breve, o cenário internacional.

Desde a crise financeira de 2008, o capitalismo enfrenta dificuldades profundas, caracterizadas como uma crise **cíclica** ou **estrutural**. Essa crise se manifesta em várias dimensões — econômica, política, social e cultural — e até em conflitos armados. A raiz do

problema está nos limites de expansão dos mercados e na queda das taxas de lucro das grandes empresas.

Para as elites econômicas, superar essa crise exige reorganizar o sistema mundial: redes de produção, comércio e divisão internacional do trabalho. No entanto, esse processo não ocorre rapidamente, e a crise persiste, com momentos de agravamento.

Os governos e as classes dominantes têm respondido de forma semelhante: ampliando o liberalismo econômico, intensificando a exploração dos trabalhadores e reduzindo políticas sociais e o Estado de Bem-Estar. Isso gera ainda mais tensões — disputas geopolíticas, guerras comerciais e conflitos armados, como vemos na **Ucrânia e nos ataques do Estado de Israel contra o povo palestino**.

Além disso, setores da própria burguesia têm estimulado o crescimento de movimentos com características **neofascistas** em várias partes do mundo.

A extrema-direita contemporânea tem como marca a defesa do neoliberalismo, buscando reduzir o papel do Estado na economia, privatizar serviços públicos e enfraquecer direitos trabalhistas e sociais. Ao mesmo tempo, utiliza um discurso moral conservador e nacionalista para mobilizar apoio popular, apresentando-se como defensora dos “valores tradicionais” e da “soberania nacional” — ainda que suas políticas econômicas favoreçam grandes corporações e elites financeiras internacionais.

Esse movimento atua fortemente nas redes sociais, utilizando estratégias de marketing político agressivo, simplificação de problemas complexos e apelos emocionais para conquistar simpatizantes.

Entre suas táticas, destaca-se o uso sistemático de **fake news** para desinformar, polarizar e deslegitimar adversários políticos. Figuras como **Donald Trump**, nos Estados Unidos, e **Jair Bolsonaro**, no Brasil, tornaram-se símbolos desse fenômeno: ambos mobilizaram militantes por meio das redes digitais, questionaram instituições democráticas e disseminaram informações falsas para fortalecer suas bases e desestabilizar opositores. Esse repertório combina radicalismo discursivo com ações que enfraquecem normas democráticas, revelando uma estratégia global de poder que conecta grupos e lideranças de diferentes países.

Diante desse cenário, temos duas tarefas centrais:

1. Construir a mais ampla unidade para barrar o crescimento das alternativas de extrema-direita.
2. Construir uma alternativa política à barbárie, capaz de disputar um projeto socialista à altura das demandas concretas, atuais e históricas da classe trabalhadora em cada país.

Resoluções:

- Por um cessar-fogo imediato e permanente em Gaza, em defesa do povo palestino e do direito à vida!
- Lula deve romper os acordos comerciais e as relações diplomáticas com Israel!
- Por um Brasil soberano, sem interferência do imperialismo dos EUA de Trump!
- Pelo fim da OTAN!
- Unidade para barrar o crescimento da extrema-direita!

- Pela construção de uma alternativa política à barbárie: por um projeto ecossocialista!

CONJUNTURA NACIONAL

A conjuntura brasileira vive a mais grave ofensiva imperialista desde 1964. Segundo diversas análises políticas, **Donald Trump** busca desestabilizar o governo Lula, fortalecer a extrema-direita e impor maior controle dos Estados Unidos sobre o Brasil. O “tarifaço” de 50%, as sanções econômicas e os ataques ao STF e a **Alexandre de Moraes** seriam parte de uma operação voltada às eleições de 2026. O **bolsonarismo** atua como aliado interno, pressionando pela anistia de golpistas e alinhando-se aos interesses norte-americanos.

Apesar do impacto potencial das sanções, **o efeito imediato fortaleceu Lula**: ao assumir a defesa da soberania nacional e confrontar Trump, o presidente ampliou sua autoridade interna e externa, ganhando apoio popular e até apoio de parte da burguesia contra a interferência estrangeira.

A extrema-direita, embora acuada com Bolsonaro enfraquecido e líderes condenados, preserva cerca de **40% de apoio social**, mantendo a sua capacidade de mobilização nas ruas e nas redes. O **Centrão** oscila entre apoio e oposição ao governo, conforme as mudanças da correlação de forças, permanecendo um ator político-chave.

A esquerda retomou certa ofensiva política com pautas populares, como a taxaço dos super-ricos, mas continua fraca na mobilização de massas, resultado do longo período reacionário e da ausência de uma estratégia de convocação popular por parte do **Governo, da CUT e do PT** (principais organizações de massa do país). A construção do **Plebiscito Popular** e atos recentes demonstraram capacidade de reação e potencial de unidade, embora ainda limitados pela falta de engajamento mais amplo.

O cenário é perigoso, mas também oferece oportunidades: a intensificação da luta política pode fortalecer a esquerda, desde que haja articulação popular eficaz diante do imperialismo e do neofascismo. O ato **contra a PEC da Blindagem e contra a anistia aos golpistas**, realizado em **21 de setembro**, levou mais de **500 mil pessoas às ruas** em todo o Brasil e foi decisivo para o **arquivamento da PEC da Blindagem no Senado Federal**.

Somos aqueles e aquelas que mantêm uma posição crítica em relação ao governo Lula, especialmente diante de políticas como o **arcabouço fiscal**, que restringe recursos destinados às áreas sociais. No entanto, compreendemos que a tarefa central do momento é a luta contra os avanços da extrema-direita.

É preciso lembrar que o **golpe de 2016**, que levou ao impeachment de **Dilma Rousseff**, foi orquestrado pelas elites econômicas em aliança com políticos da direita e do Centrão, abrindo caminho para a ascensão de projetos autoritários no país.

Hoje, embora saibamos dos limites do STF e do fato de que não está ao lado da classe trabalhadora, é inegável o papel importante que tem cumprido na condenação dos que, ao lado de Bolsonaro, tentaram um novo golpe para fechar o regime político e impedir que Lula governasse.

Nossa crítica ao governo não diminui a compreensão de que a principal batalha política atual ainda é **derrotar a extrema-direita**, barrar seus retrocessos e, ao mesmo tempo, **fortalecer a**

luta em defesa dos direitos democráticos e da soberania nacional, condição fundamental para avançar em um projeto alternativo de país.

O **Congresso Nacional** tenta ressuscitar a **Reforma Administrativa**, que visa acabar com a estabilidade e destruir os serviços públicos. É fundamental uma **mobilização nacional** para derrubar essa proposta.

O **Sind-REDE/BH** deve estar na vanguarda da construção de mobilizações que unifiquem nossa classe para avançar em direitos sociais e na defesa do povo.

Resoluções:

- Em defesa da soberania nacional e dos direitos democráticos!
- Sem anistia! Prisão para Bolsonaro e todos os golpistas!
- Isenção do IR e taxaço dos super-ricos!
- Pela correção da tabela do IR acima de R\$ 5 mil de isenção!
- Pelo fim da escala 6x1!
- Contra a Reforma Administrativa — em defesa dos servidores e dos serviços públicos!
- Em defesa da Reforma Agrária!

CONJUNTURA ESTADUAL DE MINAS GERAIS

Unidade nas Lutas e Oposição a Zema

Zema se reelegeu em primeiro turno, em 2022, apoiado em um discurso de “competência técnica” aliado ao conservadorismo bolsonarista. Seu governo tem sido marcado pela defesa dos interesses das grandes corporações econômicas — mineradoras, agronegócio e aliados empresariais —, pelo aparelhamento de empresas públicas e pelo sucateamento dos serviços essenciais.

A **reforma administrativa estadual** aprofunda o desmonte, enquanto a **violência policial contra jovens negros das periferias** permanece como prática sistemática. Zema tem se colocado como agente hostil aos movimentos sociais e aos direitos humanos, atacando normas ambientais, flexibilizando o licenciamento sem critérios e favorecendo projetos como o **Rodoanel** e a expansão predatória da mineração.

A operação Rejeito, da Polícia Federal, denunciou um esquema bilionário de corrupção e fraudes ligados a mineradoras em Minas Gerais. A operação revelou a parceria ilegal entre agentes governamentais e donos de mineradoras, demonstrando como interesses privados têm sido colocados acima do bem-estar da população e do meio ambiente.

Nos últimos meses, Zema sofreu importantes derrotas políticas: seu projeto de transformar escolas estaduais em escolas militares foi rejeitado pela população. Perdeu força com o resultado do **Plebiscito Popular**, no qual a população se posicionou contra a privatização da **Cemig**, **Copasa**, **Codemig**, entre outras empresas estatais, e enfrenta resistência popular diante das tentativas de privatizar — ou mesmo extinguir — a **UEMG**, um patrimônio educacional do estado.

Mesmo assim, tenta capitalizar o espólio político de Bolsonaro para se projetar como candidato à Presidência da República em 2026, buscando ampliar sua influência por meio de

alianças — como a articulação de seu secretário-chefe da Casa Civil, **Marcelo Aro**, com prefeitos e vereadores, inclusive de Belo Horizonte.

O desafio colocado para os sindicatos, movimentos sociais e funcionalismo público é **avancar na unidade das lutas**: defender os serviços públicos, os direitos dos trabalhadores, a tarifa gratuita nos transportes, o meio ambiente e a universalização do saneamento.

É necessário manter a articulação contra a mineração predatória na **Serra do Curral**, o desmonte do **Sistema Estadual de Meio Ambiente** e os ataques aos servidores públicos. A **campanha Fora Zema** segue como bandeira central para unificar a esquerda e os movimentos sociais, fortalecendo a resistência frente à ofensiva da direita em Minas Gerais.

CONJUNTURA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Nas eleições municipais de 2024, Belo Horizonte viveu uma disputa acirrada no segundo turno entre **Fuad Noman (PSD)** e **Bruno Engler (PL)**, este último representante do projeto da extrema-direita. Diante desse cenário, grande parte das lideranças dos movimentos sociais e setores da esquerda se posicionaram pela derrota de Bruno Engler, votando em Fuad — não por apoio político, mas para evitar o fortalecimento de uma extrema-direita organizada e perigosa na cidade.

Contudo, o quadro político mudou radicalmente após a **morte de Fuad Noman**, que levou o vice-prefeito **Álvaro Damião (União Brasil)** a assumir a Prefeitura.

No início de sua gestão, Damião mostrou pouca disposição para dialogar com as demandas sociais. Diante da greve dos trabalhadores terceirizados da educação, apostou na derrota do movimento e recusou negociações. Mais tarde, em um gesto polêmico, **viagou para Israel** para participar de uma formação em segurança — justamente em um momento em que o Estado israelense era amplamente denunciado por promover um genocídio contra o povo palestino.

A viagem foi desastrosa: por razões de segurança, o prefeito chegou a ficar retido em um **bunker** após ataques à cidade de **Kfar Saba**, próxima de Tel Aviv, realizados por mísseis iranianos. De volta ao Brasil, Damião enfrentou também a **greve dos trabalhadores concursados da educação**, revelando uma postura de confronto e pouca sensibilidade às pautas educacionais e sociais.

Sua relação com os movimentos sociais, de modo geral, tem sido marcada pelo **distanciamento e autoritarismo**, reforçando seu perfil mais alinhado à direita — coerente com o posicionamento recente de seu partido, o **União Brasil**, que rompeu com o governo Lula.

Buscando consolidar sua governabilidade, Damião tenta articular o maior apoio possível na **Câmara Municipal**, afim de aprovar seus projetos. Na Casa, a esquerda possui apenas **sete vereadores**, que apresentam diferenças de posicionamento em relação ao governo municipal. Enquanto isso, o prefeito investe fortemente na **divulgação de sua imagem** para ampliar sua base de apoio na sociedade.

Em votação recente sobre o **Projeto de Lei da Tarifa Zero** para os ônibus de Belo Horizonte, Damião conseguiu **30 votos favoráveis contra o projeto**, demonstrando a força da máquina da prefeitura contra uma proposta popular à qual sempre se opôs.

No âmbito da **Câmara Municipal de Belo Horizonte (CMBH)**, a conjuntura também é preocupante. A presença da extrema-direita vem se consolidando não apenas pelo número de cadeiras, mas pela capacidade de **pautar o debate público** com discursos agressivos e pautas conservadoras, frequentemente baseadas em **estratégias de desinformação** e em um apelo moralizante.

Esse setor político tem encontrado terreno fértil para ampliar sua influência, explorando sentimentos de **insegurança, insatisfação com os serviços públicos e desconfiança na política tradicional**. A extrema-direita ainda se apoia em forte presença nas **redes sociais** e na articulação com **movimentos religiosos e empresariais**, que sustentam seu discurso e suas práticas.

Em contrapartida, a esquerda na CMBH se mostra **fragmentada e numericamente inferior**. Apesar de contar com mandatos combativos e historicamente alinhados às lutas populares, sua capacidade de formar uma frente unificada é limitada. A falta de coesão estratégica e de uma narrativa comum reduz o alcance de suas iniciativas e enfraquece a resistência frente à ofensiva conservadora.

Tem sido importante a articulação e manutenção do diálogo entre o **Sind-REDE/BH** com os diversos mandatos da esquerda na Câmara, apoiando ações que visam construir projetos que respondam às **demandas concretas da população**, como a **campanha pela Tarifa Zero no transporte coletivo (Busão 0800)**.

Fortalecer a articulação entre **movimentos sociais e mandatos de esquerda** é fundamental para a luta em defesa dos direitos sociais.

Diante desse cenário, é essencial que o Sind-REDE/BH mantenha **sua independência política frente ao governo**, preservando a autonomia da categoria.

Os desafios são grandes: é preciso fortalecer a **organização e a unidade dos trabalhadores da educação**, ampliar a **articulação com outros movimentos sociais** e enfrentar qualquer proposta que ameace atacar os direitos dos servidores e **prejudicar a educação pública** em Belo Horizonte.

CONJUNTURA EDUCACIONAL

A conjuntura geral tem grande impacto nas políticas educacionais, tanto em seus projetos quanto em seu financiamento. No Brasil, travamos uma luta decisiva contra a destruição dos direitos da classe trabalhadora, promovida pelo projeto político fascista que produziu o genocídio pandêmico e o desmonte dos serviços públicos.

Nesse contexto, a difusão de campanhas como **“Escola sem Partido”**, **“ideologia de gênero”** e **homeschooling (ensino domiciliar)** se converteu em bandeira dos bolsonaristas em todo o país, configurando um ataque sem precedentes à educação e à escola pública. Na verdade,

todas essas campanhas têm como objetivo central o **desmonte da educação pública brasileira**, transferindo os recursos públicos para **grupos privados de ensino**.

O projeto ultraliberal conservador tem plena consciência ideológica de seu papel no contexto econômico, social e político. Para essa perspectiva, a educação deve ser **instrumentalizada institucionalmente** com o objetivo defender seus interesses a partir de uma dupla função:

1. **Reprodução do sistema**, desenvolvendo a educação na perspectiva da classe dominante e convencendo os dominados a incorporarem essas posições — ou seja, a defenderem a ideologia da classe oposta à sua;
2. **Controle dos recursos educacionais**, transformando-os em lucro e a educação em mercadoria.

Essa lógica se expressa nas diversas políticas de **transferência de verbas públicas para grupos educacionais privados**, as chamadas fundações privadas, como: **Todos pela Educação, Instituto Ayrton Senna, Itaú Cultural, Fundação Lemann**, entre outras — a exemplo da **Falconi Consultores de Resultado**, uma das maiores consultorias de gestão empresarial do Brasil, com forte atuação nos setores público e privado, que presta assessoria educacional à Prefeitura de Belo Horizonte. Essa visão é totalmente oposta à concepção de **investimento em educação pública**.

Para os ideólogos desse projeto, os dispêndios do Estado com os diversos níveis educacionais são **gastos** que devem ser reduzidos, racionalizados ou “potencializados” — algo que, segundo essa lógica, só seria possível por meio do **gerenciamento privado das redes escolares**.

Esses instrumentos da burguesia não apenas combatem as organizações da classe trabalhadora que resistem e impedem a implementação de tais propostas, mas também buscam enfraquecer e destruir **sindicatos, confederações, centrais sindicais e partidos de esquerda**, defensores da educação pública. O objetivo é garantir que o desmonte da educação possa ser operacionalizado em um cenário sem resistência organizada a esse projeto de **privatização**.

Tais propostas são propagandeadas de forma sutil, sob uma roupagem de “**modernidade**”, e apresentadas como “**reformas educacionais**”. Essa prática, típica dos teóricos e do establishment da educação, é uma estratégia para **ocultar os verdadeiros propósitos de dominação** dos empresários sobre os recursos públicos.

Nessa estratégia, os projetos são combinados à **redução de recursos educacionais**, à **terceirização** e à **precarização dos salários e das condições de trabalho**. A reforma do ensino médio — vendida como “novo ensino médio” — e a **BNCC** (Base Nacional Comum Curricular), entre outros programas, são exemplos de conceitos incorporados à legislação para dominar o discurso oficial, buscando **naturalizar a ideologia liberal** e ampliar o controle privado sobre os recursos da educação.

Em **Belo Horizonte**, a política educacional do governo **Álvaro Damião** e de sua secretária de Educação, **Natália Araújo**, mantém a mesma linha dos governos anteriores: restringe a **autonomia pedagógica** dos profissionais da educação e reforça o **controle da SMED** sobre as direções escolares, em prejuízo da gestão democrática que defendemos.

O governo mantém a **terceirização do ensino** e as **parcerias público-privadas**, nega a aplicação do **1/3 da jornada extraclasse** previsto na **Lei do Piso**, e não cumpre o acordo das **8 horas de reuniões pedagógicas** negociadas na última greve.

Além disso, promove **redução salarial** dos trabalhadores, ao não implementar uma política de recomposição das **perdas históricas e anuais** definidas pela Lei do Piso Nacional do Magistério, e não garante uma recuperação salarial que ponha fim à **dupla e tripla jornada de trabalho** e ao consequente **adocimento da categoria** — especialmente das **mulheres**, que representam mais de **80% da categoria** e são as mais atingidas por essa sobrecarga. A defesa da **carreira da educação** é outro ponto fundamental de nossa reivindicação.

A **violência nas escolas** é uma realidade crescente, que acompanha o aumento do discurso de ódio disseminado na sociedade. Por parte da **PBH**, não há uma política efetiva de combate à violência dentro e no entorno escolar, deixando estudantes e profissionais à própria sorte.

Por isso, é tarefa do **Sind-REDE/BH** intensificar as lutas em defesa da **escola pública** e ser um **instrumento de organização e resistência**, capaz de aglutinar a categoria e a sociedade na construção de **um outro projeto de educação**: pública, gratuita, de qualidade, laica e a serviço da classe trabalhadora.

É a partir dessa concepção de escola que se constrói o verdadeiro **espaço de luta da classe trabalhadora**.

As resoluções sobre esse tema constam em textos e propostas conjuntas do **Coletivo Fortalecer**.

TRABALHADORES TERCEIRIZADOS

Os trabalhadores terceirizados da **MGS** e das **Caixas Escolares** integram a categoria da educação e constroem, lado a lado com professores e demais servidores, a escola pública municipal. Seu trabalho é essencial para o funcionamento das unidades escolares — sem sua atuação, seria impossível garantir uma educação pública de qualidade.

Contudo, são justamente esses trabalhadores que **recebem os menores salários**, **sofrem maior assédio moral** e enfrentam situações de **opressão estrutural**, já que a maioria é composta por **mulheres e pessoas negras**, frequentemente expostas a riscos e condições insalubres. As mudanças constitucionais — como a **reforma trabalhista**, a **lei da terceirização** e a **reforma da previdência** — atingiram duramente esse segmento.

Foi acertada a decisão do **Sind-REDE/BH** de representar sindicalmente esses trabalhadores, assegurando inclusive a **liberação de diretores terceirizados** para atuação sindical.

A greve do início de 2025 demonstrou, de forma contundente, a **força e a importância** dessa categoria, trazendo grande visibilidade ao setor. Sob a direção do sindicato, a luta desses trabalhadores é fundamental para garantir **valorização profissional**, com **aumento salarial**, **redução da jornada sem perda de remuneração** (em oposição à jornada 6x1), **ampliação de direitos e políticas eficazes de promoção, prevenção e tratamento da saúde**.

No documento do **Coletivo Fortalecer**, apresentamos um conjunto de **resoluções específicas** sobre esse tema.

MULHERES E O COMBATE AO MACHISMO E À VIOLÊNCIA

As conquistas das mulheres na história são fruto de muita luta e resistência — desde o direito de ocupar seu lugar no mercado de trabalho, a redução da jornada, a igualdade nas relações de trabalho em relação aos homens, a equiparação salarial, a licença-maternidade e o próprio direito ao voto, entre tantos outros.

Essa luta, porém, **ainda não acabou**. Há muito a avançar. A caminhada é longa, e as mulheres — **jovens, idosas, negras, com deficiência, LGBTQIAPN+, indígenas, quilombolas, ribeirinhas e pobres** — continuam tendo **papel fundamental na luta em defesa de direitos e contra o machismo**.

As mulheres vivenciam situações de opressão como preconceito, machismo, assédio moral e sexual, e diferentes formas de violência. Desde o **golpe de 2016**, seguido pela eleição de **Bolsonaro em 2018**, as mulheres foram as mais afetadas pelos **desmontes das políticas públicas** e pelas **contrarreformas trabalhista e previdenciária**, além da política **neofascista e misógina** do governo anterior.

Durante a pandemia de **Covid-19**, houve, em escala mundial, aumento da **violência doméstica e do feminicídio**. Outra face dessa violência são as **ameaças a parlamentares mulheres, negras e LGBTQIAPN+**, que vêm se tornando cada vez mais frequentes nos últimos anos. A **violência política de gênero**, tanto nos parlamentos quanto nos sindicatos, precisa ser **enfrentada e combatida em todos os espaços**.

Há mais de sete anos seguimos sem resposta à pergunta: **quem mandou matar Marielle Franco — e por quê?**

As mulheres têm lutado contra o **machismo, o patriarcado e o conservadorismo**, afirmando suas **reivindicações e bandeiras de luta** em todo o mundo, especialmente a cada **8 de março**.

Neste novo período, é necessário **exigir do governo Lula a revogação das contrarreformas** e de todos os atos que atacaram direitos sociais, além de **avançar na implantação de políticas públicas** e seguir lutando pela **ampliação e defesa dos direitos das mulheres**, no **combate à violência de gênero e racial**, ao **feminicídio**, à **fome** e à **vulnerabilidade social** das famílias.

Segundo o **Censo Escolar 2022**², divulgado pelo **MEC** e pelo **INEP**, as mulheres são maioria absoluta na educação:

- 97,2% na Educação Infantil;
- 79,2% no Ensino Básico;
- 77,5% no Ensino Fundamental;
- 57,5% no Ensino Médio (sendo 8 em cada 10 gestoras mulheres);
- 47,02% no Ensino Superior.

² Censo Escolar 2022, divulgados pelo Ministério da Educação (MEC) e pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), em fevereiro.

É fundamental construir **políticas de valorização, saúde e proteção** voltadas às mulheres, com promoção, prevenção e tratamento adequado.

Pensando em um espaço mais amplo de articulação, está sendo construído o **MEL – Mulheres em Lutas**, um **movimento coletivo** que busca incentivar a **ocupação dos espaços públicos pelas mulheres**, transformando dores em lutas e sonhos em caminhos.

O MEL combina **debates, vivências, arte, trocas e aprendizado**, com foco em temas como o **enfrentamento das violências de gênero e raça**, o **combate ao apagamento das atuações femininas**, a **emergência climática**, as **políticas de cuidado e acolhimento**, e uma **economia sob a ótica das mulheres**.

Consideramos importante que o **Sind-REDE/BH** também participe desse espaço político. O sindicato precisa estar **na vanguarda da luta das mulheres**, tanto em âmbito municipal quanto nacional.

VIDAS NEGRAS IMPORTAM!

De acordo com a **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua)**, do IBGE, a população negra corresponde a **55,8% dos brasileiros**.

Segundo o **Centro Cultural do Ministério da Saúde**, apenas **35,6% dessa população** ocupa cargos públicos no governo federal — e esse número é ainda menor nos cargos hierarquicamente mais altos. Mesmo após a **Lei Federal nº 12.990/2014**, que garante reserva de vagas para negros/as em concursos públicos, a desigualdade persiste, reflexo de **séculos de escravidão, exclusão e negação de direitos**.

Além da questão racial, a **barreira socioeconômica** também limita o acesso ao serviço público. Como alcançar aprovação em um concurso, se negros e negras enfrentam **mais obstáculos para conseguir emprego, ganham menos e têm inserção mais vulnerável**, conforme estudos do **DIEESE**?

O **racismo estrutural** é uma realidade no Brasil e compõe o conjunto de opressões que sustentam o sistema capitalista — e o serviço público não está isento disso. É preciso refletir: quantos profissionais negros há em seu local de trabalho? Em quais funções estão? Em que setores da escola o percentual de pessoas negras é maior — e por quê? Essas perguntas devem nos levar a repensar a **representatividade da população negra** e como ela afeta a **qualidade dos serviços públicos**.

O **SIND-REDE/BH** deve tratar o tema com **seriedade e compromisso**, engajando-se na **luta antirracista** e apoiando **movimentos por políticas afirmativas e reparatórias**.

Como disse **Angela Davis**: “Não basta não ser racista, é preciso ser antirracista.” Essa frase deve orientar nossa prática sindical e política. É importante o sindicato estar junto a movimentos em defesa de políticas afirmativas e reparatórias para o povo negro.

CONTRA TODA FORMA DE OPRESSÃO

Em defesa dos direitos democráticos e civis das pessoas LGBTQIAPN+

Infelizmente, o Brasil tem uma **história alarmante de violência e discriminação** contra a comunidade LGBTQIAPN+ (Pessoas Lésbicas, Gays, Bi, Trans, Queer, Intersexo, Assexuais/Arromânticas/Agênero, Pan/Poli, Não-binárias e mais).

De acordo com dados do **Grupo Gay da Bahia (GGB)**, houve **1.034 assassinatos de pessoas LGBTQIAPN+ em 2020**, o que equivale a **6,2 mortes por dia**. Esses números, contudo, são subestimados, já que muitos casos são registrados incorretamente ou sequer são reportados.

Além dessa violência, não há **atendimento adequado** por parte dos governos federal, estadual e municipal, nem políticas consistentes para **prevenir e punir** crimes motivados por orientação sexual ou identidade de gênero. O resultado é o **aumento do sofrimento e da vulnerabilidade** de milhões de pessoas, que veem sua **liberdade e seus direitos civis** atacados diariamente.

O **Sind-REDE/BH** precisa participar ativamente dessa luta, avançando na **organização das pessoas LGBTQIAPN+** dentro da categoria. Não basta lutar apenas por salários — os sindicatos devem ser **polos de combate à opressão**, espaços onde trabalhadores/as LGBTQIAPN+ se reconheçam como parte integrante da luta coletiva.

Desde **2019**, a **lei brasileira** equipara a **LGBTQIA+fobia** ao crime de **racismo**, com penas de 1 a 5 anos de prisão. Ambas as formas de discriminação são **violações graves de direitos humanos** que precisam ser combatidas e erradicadas.

O **Sind-REDE/BH** pode e deve atuar com as seguintes medidas:

- **Sensibilização e educação:** promover campanhas e formações sobre o enfrentamento à LGBTQIA+fobia.
- **Proteção dos direitos:** garantir a defesa dos direitos de trabalhadores/as LGBTQIAPN+ nas escolas, incluindo o direito à segurança e à não discriminação.
- **Representação política:** usar sua voz e poder de mobilização para defender políticas públicas de inclusão e combate à violência.
- **Ações culturais e de apoio:** organizar atividades culturais e grupos de acolhimento para promover visibilidade e respeito à diversidade.

EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS (EJA)

Infelizmente, a política pública da **PBH** para a **Educação de Jovens e Adultos (EJA)** tem se mostrado **exitosa apenas no sentido de reduzir a oferta educacional e diminuir o número de matrículas**, negando o direito constitucional à educação a trabalhadores/as que não puderam estudá-la no tempo regular.

Longe de ser tratada como um **direito educativo**, a EJA em Belo Horizonte tem sido implementada, há alguns anos, de forma **acanhada e descolada de sua dimensão democrática e popular**, esvaziada de suas funções **equalizadora, reparadora e qualificadora**.

É fundamental **ampliar a oferta e reconfigurar a EJA**, alinhando-a às pautas nacionais dos **fóruns e movimentos de EJA** e às **demandas concretas da classe trabalhadora belo-horizontina**.

EDUCAÇÃO INFANTIL

As professoras da Educação Infantil da Rede Municipal são um **exemplo notável de luta, união e perseverança**, e de como a mobilização sindical pode gerar conquistas históricas. Em **2004**, elas ingressaram na Rede como **educadoras infantis**, recebendo salários inferiores aos das professoras do Ensino Fundamental e sem direitos equivalentes — inclusive previdenciários —, embora exercessem a **mesma função docente**.

Após **mais de 20 anos de luta**, conquistaram o reconhecimento e a mudança da nomenclatura para **professoras da Educação Infantil**, garantindo **equiparação de direitos** e, mais recentemente, **igualdade na carreira**.

Ainda há desafios, mas essa trajetória de conquistas é **um exemplo inspirador para toda a categoria**. As resoluções sobre o tema estão detalhadas no documento do **Coletivo Fortalecer**.

DA LUTA NINGUÉM SE APOSENTA

As trabalhadoras e os trabalhadores da educação aposentados têm fortalecido sua organização por meio do **Coletivo de Aposentados/as do Sind-REDE/BH** — uma iniciativa fundamental que reúne pessoas com vasta experiência profissional e militante, protagonistas das lutas sindicais e políticas em Belo Horizonte.

A criação do Coletivo representou um **passo decisivo** para valorizar esse segmento e, ao mesmo tempo, **fortalecer o sindicato**, que contou com papel expressivo da base aposentada, inclusive na **greve de 2025**.

Entretanto, as políticas dos governos municipais têm **retirado direitos** das aposentadas e aposentados, especialmente daqueles com **paridade**. Exemplo disso foram as **propostas de concessão de níveis (2022)** e o **pagamento do rateio do FUNDEB (2018–2022)**, que **excluíram os aposentados** dos benefícios concedidos aos trabalhadores da ativa.

Defendemos que **não haja qualquer diferenciação de direitos**: ativos e aposentados devem ser tratados de forma igual. Exigimos que a PBH destine **integralmente os recursos do FUNDEB** para reajuste salarial, garantindo que **ninguém com direito à paridade fique de fora**.

Apresentamos, no documento do **Coletivo Fortalecer**, um conjunto de resoluções específicas sobre o tema.

ASSINAM

Cláudia Jácomo — EM Monsenhor Artur de Oliveira

Conceição Oliveira — Aposentada

Daniel Oliveira — EM Profa. Isaura Santos / MARCONI / Diretoria Sind-REDE

Daniel Wardil — Diretoria Sind-REDE

Dayse Cristina G. Campos — EM Zilda Arns / Diretoria Sind-REDE

Fábio Liberato — EM Jardim Vitória

Fernando Augusto — EM Des. Loreto Ribeiro de Abreu / Diretoria Sind-REDE

Luiza Nolasco — EMEI Capivari / EM Vila Fazendinha

Matheus R. Moreira — EM Milton Campos
Nilton Francisco — EM Milton Campos
Pedro Valadares — EM Milton Campos / Diretoria Sind-REDE
Ramuth P. Marinho — EM Poeint / Barreiro
Raquel Oliveira — Diretoria Sind-REDE
Ronaldo Gonçalves — EM Lúdia Angélica
Sérgio Vitor Lemes — EM Anísio Teixeira / Diretoria Sind-REDE
Sueli Rocha — EM Cônego Raimundo Trindade
Vanderleia Reis — Aposentada

TESE DO COLETIVO ESPERANÇAR A EDUCAÇÃO

LUTA E ESPERANÇA EM TEMPOS DE CRISE DA EDUCAÇÃO

"É preciso ter esperança, mas ter esperança do verbo esperar; porque tem gente que tem esperança do verbo esperar. E esperança do verbo esperar não é esperança, é espera. Esperançar é se levantar, esperançar é ir atrás, esperançar é construir, esperançar é não desistir! Esperançar é levar adiante, esperançar é juntar-se com outros para fazer de outro modo."

(FREIRE, Paulo. Pedagogia da Esperança, 1992)

Nós, trabalhadores e trabalhadoras do Coletivo Esperançar, saudamos todas e todos participantes do XV CONGRESSO da REDE, que homenageia a luta e a resistência do povo Palestino, vítima de um genocídio perpetrado pelo Estado Sionista de Israel.

O Coletivo Esperançar é uma iniciativa de trabalhadoras e trabalhadores em educação da Rede Pública Municipal de Belo Horizonte que acreditam que não se pode mais esperar: é tempo de unir forças para ir adiante e fazer valer nossos direitos.

Acreditamos em uma educação pública, gratuita, democrática, plural, de qualidade social, laica, inclusiva, popular, como direito, que fortalece o permanente combate às desigualdades e que, portanto, se contrapõe a todas as formas de subalternização. Entendemos que os atores fundamentais na construção deste projeto de educação são aquelas e aqueles que a fazem cotidianamente nas escolas, das mais variadas maneiras. E, coletivamente, seguiremos defendendo tudo o que conquistamos até aqui, mas também buscaremos novos caminhos para trilhar.

Nosso Coletivo foi formado em abril de 2021, diante dos desafios impostos pela Pandemia do Coronavírus, como uma busca de organização das trabalhadoras e trabalhadores em educação para intervir em diferentes espaços, como os conselhos e a nossa entidade sindical, o Sind-REDE/BH.

Acreditamos que este tempo será de contínua luta. Por isso, fazer da esperança verbo, como defende nosso mestre Paulo Freire, é questão fundamental. Portanto, mantemos a máxima de que são tempos de Esperançar a Educação!

Nesta tese, apresentaremos nossos posicionamentos e apontamentos sobre a Conjuntura Internacional, Nacional e local, com foco nos desafios da educação. Bem como, sobre a Política Educacional, Sindical e o Plano de Lutas para o próximo período.

1. A Conjuntura Internacional: A Tempestade Perfeita para a Financeirização Educacional

O cenário global, caracteriza-se por múltiplas crises concatenadas que criam o terreno fértil para a ofensiva neoliberal sobre os serviços públicos. A convergência da crise climática, da instabilidade geopolítica (guerras e tensões comerciais), dos resquícios da pandemia e da crise econômica pós-pandemia gera um estado de choque e emergência permanente.

Este é o ambiente ideal, na esteira de Naomi Klein, para a aplicação da "Doutrina do Choque": a desregulamentação e a abertura de novos mercados sob o pretexto da necessidade de eficiência e resiliência.

Nesse sentido, a financeirização da educação aparece como uma resposta das elites. Diante da crise de lucratividade do setor produtivo, o capital financeiro busca novas fronteiras de valorização. Os serviços públicos, notadamente a educação, são identificados como um novo ativo.

A financeirização da educação não significa apenas a venda de serviços, mas a transformação do direito à educação em um produto financeiro. Bancos de desenvolvimento (como o Banco Mundial) e instituições como a OCDE promovem a narrativa da "educação para o mercado de trabalho do século XXI", que na prática significa a adaptação dos currículos às demandas voláteis do capital, a fragmentação do conhecimento em "habilidades" mensuráveis e a substituição da formação humanística por treinamentos técnicos.

A educação socioemocional mercantilizada é a face pedagógica deste projeto. A conjuntura internacional é de ataque coordenado à esfera pública, onde a educação é simultaneamente vista como um lastro financeiro a ser explorado e um aparelho ideológico a ser reconfigurado para produzir subjetividades adaptadas à precariedade.

2 A Conjuntura Nacional: O Brasil na Semiperiferia sob Tensão

No plano nacional, o Brasil, enquanto país semiperiférico, vive a tensão entre as pressões das relações de um sistema organizado mundialmente e a resistência de sua sociedade. O investimento público em educação tem efeitos redistributivos concretos sobre a renda dos brasileiros. Este dado desmonta a narrativa neoliberal de que o gasto público é ineficiente. No entanto, a conjuntura atual é marcada por concepções que institucionalizam o subfinanciamento do Estado. Essa lógica de austeridade fabrica a crise na educação pública: salários defasados, escolas deterioradas, falta de recursos pedagógicos.

Esse estados de coisas, por sua vez, é utilizada para justificar a entrada de soluções privadas, como os pacotes de sistemas de ensino e os programas de vouchers, conformando um círculo vicioso de desmonte.

A política educacional de Belo Horizonte, é representativa da conjuntura nacional. O gerencialismo pedagógico, a obsessão pelo Ideb, a burocratização do trabalho docente e o enfraquecimento da autonomia escolar são a tradução, em escala municipal, da agenda de financeirização e austeridade.

A PBH age como um estado semiperiférico em miniatura, adotando as receitas do centro (o gerencialismo) para gerenciar sua rede de ensino, aprofundando a dependência e a lógica excludente. Ao comprovar o caráter redistributivo do investimento público, armazena a memória de um projeto nacional de desenvolvimento que já foi hegemônico. Ele reforça a tese de Darcy Ribeiro e Anísio Teixeira de que a educação pública não é um custo, mas um investimento estratégico para a soberania e a redução das desigualdades.

A conjuntura revela uma batalha entre dois projetos antagônicos para o Brasil. O projeto de financeirização e dependência, articulado internacionalmente e implementado localmente, que

vê a educação como um tipo de serviço mercadológico, um mecanismo de ajuste social. Este projeto, hegemônico na atualidade, esvazia o conteúdo democrático da educação, precariza o trabalho docente e naturaliza as desigualdades. Já o projeto de soberania e emancipação pelo qual lutamos vê a educação como um direito social e um alicerce do desenvolvimento nacional. Este projeto exige a ruptura com a austeridade, o combate à financeirização e a construção de um Sistema Nacional de Educação verdadeiramente público, gratuito, democrático e de qualidade socialmente referenciada.

A política da PBH, portanto, não é um fenômeno isolado. Ela é a ponta de lança de um projeto global que encontra ressonância na semiperiferia. A resistência a ela, consequentemente, deve ser entendida como parte de uma luta maior: a defesa da educação pública como trincheira fundamental na construção de um projeto de país soberano, democrático e socialmente justo.

3. Política Educacional

“A tradição dos oprimidos nos ensina que o ‘estado de exceção’ em que vivemos é na verdade regra geral”
(W. Benjamin)

A Rede Municipal de Educação de Belo Horizonte encontra-se no centro de uma contra reforma educacional que configura profundamente o papel do Estado e a natureza do serviço público. A política educacional em implementação na PBH não faz parte de um ajuste administrativo, mas a expressão local de um projeto político mais amplo, que articula de forma sincronizada um gerencialismo pedagógico internalizado no aparelho de Estado e um assédio privatista externo. Este projeto converte o direito à educação em um bem transacionável e subordina a prática pedagógica a uma lógica de resultados imediatistas, esvaziando o potencial emancipatório da escola pública.

O avanço sobre a educação pública opera por meio de uma dupla estratégia, que se alimenta mutuamente. Na perspectiva exógena, fabrica-se uma crise que constrói uma oferta mercantil. Conforme observado em contextos de catástrofe, crises reais ou fabricadas são instrumentalizadas para criar um terreno fértil para a penetração de interesses privados. Grupos empresariais, identificando na educação um lucrativo campo de expansão, promovem um discurso de ineficiência do Estado. Este discurso é materializado na oferta de "soluções" padronizadas – sistemas de ensino, avaliações externas, programas de competências socioemocionais e pacotes pedagógicos. Estes produtos não apenas canalizam recursos públicos para o setor privado, mas também instauram uma dependência, onde a rede pública é levada a comprar a solução para o problema que a própria lógica mercantil ajudou a criar.

Na face endógena do processo, internamente, a Prefeitura, sob um véu de neutralidade técnica, adota um modelo de gestão que espelha os princípios da iniciativa privada. A política educacional torna-se centrada na definição rígida de habilidades curriculares, na fetichização de avaliações padronizadas (como o Ideb) e na criação de rankings que instauram uma competição predatória entre escolas. Este modelo, longe de promover qualidade, gera a burocratização do trabalho docente. O professor é destituído de sua autonomia intelectual, transformado em um executor de scripts pedagógicos pré-determinados, focados exclusivamente no sucesso em testes.

Nesse sentido, ocorre um falseamento da realidade educacional, a complexidade do processo educativo é reduzida a um número, incentivando a "treinagem" para provas e mascarando déficits estruturais como a falta de investimento em infraestrutura e formação. A política da prefeitura de Sobral é o caso mais emblemático. Esta lógica representa uma ruptura violenta com a história da RME-BH, que foi berço de experiências pedagógicas inovadoras e democráticas, construídas com ampla participação dos educadores. Substitui-se o diálogo coletivo por portarias centralizadoras.

Ciclo perverso de precarização: A gestão gerencialista, com sua sobrecarga de tarefas burocráticas e metas inalcançáveis, produz um professor exausto, desvalorizado e duvidoso de sua própria capacidade. Este cansaço, por sua vez, é o elemento que torna desejáveis e aparentemente necessários os pacotes empresariais. O corpo docente, fragilizado, é levado a abrir mão de sua autonomia em troca de uma suposta facilidade oferecida pelos materiais prontos. Dessa forma, a precarização do trabalho cria a demanda pela privatização, que, por sua vez, aprofunda ainda mais a precarização, configurando um circuito de espoliação do público.

Enfrentar este cerco exige uma agenda que considere diversas articulações, que atue tanto no plano das políticas de estado quanto na mobilização social. Nossa perspectiva se baseia na construção de uma política educacional emancipatória que seja capaz de construir um projeto de educação nacional.

É urgente desmontar o regime de avaliação punitivo e substituí-lo por um sistema formativo e multidimensional, tendo em vista um novo paradigma avaliativo. Este sistema deve incorporar, para além do desempenho em testes, indicadores de infraestrutura, condições de trabalho, redução da desigualdade, participação comunitária e desenvolvimento de capacidades cognitivas e socioemocionais não reducionistas.

Pela efetivação do direito à educação com qualidade, devemos incorporar as lutas nacionais contra o subfinanciamento e com iniciativas políticas que determinam o investimento necessário para uma educação digna, atacando a narrativa da "eficiência com escassez" e forçando o poder público a assumir sua responsabilidade financeira.

A política curricular deve ser reorientada para fomentar a construção coletiva do Projeto Político-Pedagógico (PPP) em cada unidade escolar, resgatando a autonomia prevista na LDB e a tradição inovadora da rede. O papel do poder municipal deve ser o de fomentador, e não de controlador, do currículo.

4. Balanço da Direção Sind-REDE/BH

A trajetória de luta do Sind-REDE/BH é repleta de momentos de embates em defesa dos direitos das trabalhadoras e trabalhadores dos diversos segmentos representados por nosso Sindicato, mas também de suas contradições.

É certo que o Sindicalismo brasileiro atravessa um duro período. Temos uma memória repleta de lutas, que perpassam mais de um século de História. Tal história nos deixou um variado legado de conquistas econômicas, sociais e políticas para o conjunto da classe trabalhadora, chegando inclusive a eleger diferentes representantes para as esferas de poder de Estado, sendo o mais simbólico deles, o presidente Lula.

Mas, nos últimos anos, o avanço do capitalismo em sua fase neoliberal, promoveu ataques generalizados ao movimento sindical, que vêm sofrendo significativos revezes, como as Reformas Trabalhista e Previdenciária aplicadas nos governos Temer e Bolsonaro, respectivamente.

O Sindicalismo do setor público, sobretudo o vinculado à educação, segue sendo o setor mais ativo do movimento dos trabalhadores no País, mas mesmo nele, o refluxo observado nas últimas décadas é significativo.

Na educação de Belo Horizonte não é diferente, a história de lutas das trabalhadoras e trabalhadores é marcada por diversas lutas e greves históricas. Delas surgiram as conquistas de nossa categoria, normalmente relacionadas ao encontro de fortes lutas e mobilizações de base, com governos democráticos e populares capazes de acolher as demandas de luta, a exemplo de nosso Plano de Carreira, conquistado em 1996.

Nos últimos 10 anos, as lutas da categoria se mantiveram constantes, com movimentos grevistas em todos os anos. Mas é importante destacar que estas greves e mobilizações foram maiores em contextos de reações perante ataques. Exemplos disso foram os movimentos contra as reformas da previdência entre 2019 e 2022, e a paralisação contra a adoção de contratações precárias via PSS, em 2023.

As greves históricas de 2025 representaram um novo e importante capítulo da nossa história, na qual trabalhadores terceirizados e concursados da Rede Municipal demonstraram sua força e peso como agente político na capital mineira. Tais movimentos demonstram a capacidade do nosso Sindicato, o Sind-REDE/BH, em se fazer um sindicalismo que, mesmo diante das adversidades e contradições, é capaz de mobilizar e promover vitórias políticas e econômicas importantes para a nossa categoria.

Em nossa avaliação, a construção de uma unidade na luta, entre as diferentes forças e coletivos que atuam em nossa categoria e dirigem nosso sindicato, teve papel relevante na organização da categoria diante das inúmeras lutas travadas ao longo de 2025.

5. Plano de Lutas

- **Formação Política:** desenvolver um trabalho permanente de formação crítica, com todos os trabalhadores da comunidade escolar, para formar capacidade crítica e desvelar os interesses por trás do gerencialismo e da mercantilização, evidenciando como essa lógica produz o problema que se propõe a resolver.
- **Fomentar a criação de comitês, fóruns e assembleias nas escolas** para resistir à imposição de materiais alheios, construir alternativas pedagógicas locais e denunciar a precarização do trabalho. Corpos cansados não lutam, mas corpos organizados e conscientes sim.
- **Construir uma ampla aliança que una professores, funcionários, estudantes, famílias, acadêmicos e movimentos sociais.** Esta frente deve atuar no controle social do orçamento educacional, na pressão por transparência e na defesa intransigente de uma gestão democrática e de um ensino público, gratuito, laico e verdadeiramente transformador.

- **Envolver nossa entidade nas lutas nacionais:** pela revogação das reformas da previdência, trabalhista e em defesa dos serviços públicos, com destaque a participação na Marcha dos Trabalhadores a Brasília contra a Reforma Administrativa.
- **Manter as ações de luta e solidariedade internacional** contra as políticas colonialistas em curso, com destaque para a defesa do povo palestino e pelo imediato cessar fogo no território Palestino e pela punição dos responsáveis pelo Genocídio em curso pelo Estado de Israel.
- **Participar ativamente das mobilizações promovidas pela Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE)** que envolvam a defesa da educação pública, pelos direitos dos servidores e da classe trabalhadora.
- **Participar das iniciativas de enfrentamento ao Governo Zema** e seu projeto de privatizações, retirada de direitos, ataque às entidades sindicais e devastação ambiental, com destaque para as articuladas pela Frente Mineira em Defesa dos Serviços Públicos e do Comitê Fora Zema!
- **Defender a aplicação do Piso Nacional do Magistério** em sua integralidade, no nível inicial da carreira de Belo Horizonte, para a jornada existente (22h30min), bem como o pagamento do reajuste anual do Piso.
- **Participar de Fóruns estaduais e nacionais em defesa da Educação Pública.**
- **Se opor a todas iniciativas de restrição ou contingenciamento de recursos públicos da educação** nas diferentes esferas de poder (Nacional, estadual e municipal).
- **Participar de eventos e mobilizações contra todas as formas de opressões** raciais, de gênero e orientação sexual;
- **Exigir a Defesa ao direito da Paridade, com integralidade,** para as trabalhadoras e trabalhadores aposentados, enfrentando todos ataques que representem diferenciações injustas com os inativos.

6. Organização Sindical

Como afirmamos anteriormente, a construção de uma unidade na luta, entre as diferentes forças e coletivos que atuam em nossa categoria e dirigem nosso Sindicato, teve papel relevante na organização da categoria diante das inúmeras lutas travadas ao longo de 2025.

Entre as instâncias do nosso Sindicato, as reuniões de representantes, concursados e terceirizados, cumprem papel relevante na organização das pautas e lutas da categoria. Sendo momento de escuta e troca entre os ativistas e militantes.

De forma similar, os diferentes coletivos também cumprem papel relevante no debate de temas e demandas específicas da categoria, sendo necessário também o seu fortalecimento.

Entretanto, consideramos fundamental que tenhamos novas formas de representação sindical junto a categoria, visando construir laços mais perenes nos territórios e coletivos escolares. Em nossa avaliação, tal vínculo poderia ser ampliado com a criação da figura do DELEGADO SINDICAL, eleito pela categoria. Através da atuação e regulamentação deste cargo/instância, acreditamos que teremos uma maior capacidade de presença nas escolas e atividades locais, para além dos membros liberados da categoria.

No que tange as lutas nacionais da educação, avaliamos como muito importante a filiação do nosso sindicato à CNTE, na medida que qualifica e introduz novos elementos para as nossas

lutas em âmbito local e nacional, cabendo aos militantes e coletivos organizados no Sind-REDE/BH qualificar nossa atuação nos fóruns da entidade.

7. Estatuto

A proposta de alteração estatutária, incorporando a figura do delegado sindical, será enviada separadamente.

8. Política de Combate às Opressões

Opressões, Racismo e Justa Raiva em Tempos Negacionistas: Esperançar como Ato Político e Educativo*

“Está errada a educação que não reconhece, na justa raiva, na raiva que protesta contra as injustiças, contra a deslealdade, contra o desamor, contra a exploração e a violência, um papel altamente formador.”

(Paulo Freire)

Vivemos tempos em que a justa raiva — essa emoção política e pedagógica que brota da recusa à injustiça — torna-se condição para continuar esperando. Diante de uma conjuntura marcada pelo avanço do negacionismo, da desinformação e do ódio racial, a escola pública resiste como território de memória, crítica e reconstrução. A luta contra as opressões, sobretudo o racismo, não é periférica ao fazer pedagógico: ela é o seu próprio centro, pois sem justiça racial não há educação emancipadora.

O racismo, em suas formas estruturais e institucionais, tem se reconfigurado em meio à ofensiva neoliberal e negacionista. As mesmas forças que negam a ciência, a democracia e os direitos sociais são aquelas que sustentam o racismo como ferramenta de dominação. Ao desqualificar o saber crítico e o pensamento histórico, o negacionismo educacional impede que o país reconheça as raízes coloniais da desigualdade. Como aponta Carla Akotirene, o racismo “opera como engrenagem de sustentação do capitalismo”, e a escola pública, quando submetida à lógica mercantil, corre o risco de reproduzir essa engrenagem ao invés de desarmá-la.

A mercantilização da educação, travestida de “modernização” e “eficiência”, produz exclusão e apaga sujeitos. Sob a lógica dos pacotes empresariais, das avaliações padronizadas e da formação “para resultados”, a escola pública é transformada em campo de negócios e o direito à educação em mercadoria. Este modelo afasta a educação de sua dimensão inclusiva, tornando invisíveis estudantes com deficiência, indígenas, quilombolas e periféricos, cujas presenças são tratadas como “entraves” para o alcance das metas. A educação inclusiva, quando vista sob a ótica privatista, deixa de ser compromisso ético e se torna obstáculo gerencial. Nesse sentido, resistir à mercantilização é defender o direito à diferença como princípio pedagógico e reafirmar o papel da escola pública como espaço de acolhimento e transformação.

As Leis 10.639/03 e 11.645/08 são marcos fundamentais no enfrentamento às opressões raciais e coloniais dentro da escola. Ao instituírem a obrigatoriedade do ensino da história e cultura afro-brasileira e indígena, essas leis reconhecem que o racismo também é *epistemicida* — ele mata saberes, memórias e presenças. Implementá-las plenamente é romper com a narrativa única da branquitude e devolver à escola seu papel de mediadora da diversidade

histórica e cultural do povo brasileiro. A resistência ao cumprimento dessas leis, ainda hoje, revela como o racismo se entranha nas políticas públicas e nos currículos, reafirmando a necessidade de uma ação política e pedagógica que transforme a justa raiva em prática libertadora.

A luta contra as opressões também passa pela crítica de gênero. A educação é uma profissão majoritariamente composta por mulheres, em sua maioria negras, e essa feminização é um dos fatores de sua desvalorização social e econômica. Como nos ensina Lélia Gonzalez, a intersecção entre racismo e sexismo estrutura as hierarquias do trabalho e da própria produção de conhecimento. A desvalorização do magistério é, portanto, expressão direta do desprezo histórico pelas mulheres negras que sustentam, com seus corpos e saberes, a base da escola pública brasileira. Romper com essa lógica exige reconhecer a centralidade das mulheres na construção do conhecimento e transformar a escola em espaço de dignificação e poder, e não de sobrecarga e adoecimento.

Esperançar, neste contexto, é mais do que resistir — é recriar. É afirmar uma prática pedagógica que não aceite a desumanização como destino. Como lembra Paulo Freire, a justa raiva é formadora quando se converte em ação organizada, em força coletiva capaz de mover a história. A educação pública, gratuita, laica e antirracista é o campo onde essa raiva justa se transforma em projeto civilizatório, em potência de futuro.

Por isso, a tarefa que se impõe é dupla: resistir à mercantilização que transforma a educação em negócio e reafirmar a escola pública como lugar de justiça social, diversidade e amor político. As opressões que nos ferem exigem respostas pedagógicas que se sustentem na solidariedade, na escuta e na práxis libertadora. O desafio é grande, mas, como ensinou Lélia Gonzalez, “somos pretas, mas não estamos sós”.

Esperançar, afinal, é verbo coletivo.

Texto elaborado pelas companheiras Luciana de Souza Matias e Andreia Cristina Pereira

REFERÊNCIAS

AKOTIRENE, Carla. *Interseccionalidade*. São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019..

FREIRE, Paulo. *Pedagogia do Oprimido*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia da Esperança: Um reencontro com a Pedagogia do Oprimido*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

FREIRE, Paulo. *Cartas à Guiné-Bissau: Registro de uma experiência em processo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

BRASIL. *Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003*. Altera a Lei nº 9.394/96, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira”.

BRASIL. *Lei nº 11.645, de 10 de março de 2008.* Altera a Lei nº 9.394/96, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”.

GONZALEZ, Lélia. *Racismo e Sexismo na Cultura Brasileira.* In: Revista Ciências Sociais Hoje. ANPOCS, 1984

GONZALEZ, Lélia. *Por um feminismo afro-latino-americano: Ensaios, intervenções e diálogos.* Org. Flávia Rios e Márcia Lima. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

TESE DE UM CONJUNTO DE TRABALHADORES DA REDE
**FORTALECER A UNIDADE E A LUTA,
COM INDEPENDÊNCIA DE CLASSE**

“É necessário romper com a lógica do capital se quisermos contemplar a criação de uma alternativa educacional significativamente diferente.”
(MÉSZÁROS)

CONJUNTURA INTERNACIONAL

Há alguns anos vivemos um processo de decadência do capitalismo, crise da democracia liberal e decomposição social. Resultado de um regime que assegura para uma pequena parcela da burguesia lucros cada vez mais exorbitantes enquanto os trabalhadores do mundo sofrem com o aumento da opressão e exploração, a pauperização crescente e as mudanças climáticas.

A inoperância daqueles que prometem uma mudança na realidade, mas que seguem aplicando o mesmo projeto neoliberal, fomenta a descrença na chamada democracia burguesa, que é colocada cada vez mais em xeque. Se de um lado temos trabalhadores reagindo mais, mas ainda não organizados o suficiente para seguir em luta após as respostas pontuais e temporárias apresentadas pela burguesia. De outro, se tem uma extrema direita que, ao capitalizar o descontentamento da classe trabalhadora com um falso discurso anti-sistema, cresce no mundo e passa a se apresentar como uma saída eleitoral possível.

No entanto, a eleição dessas figuras conservadoras têm demonstrado que, apesar do discurso inflamado contra o regime, seu principal interesse é a aplicação do ultraliberalismo econômico mais duro. Para tanto, associa-se uma possível melhora econômica à execução de uma política racista, homofóbica e xenofóbica, desviando e mobilizando o ressentimento de setores de classe média e, até do proletariado, contra refugiados, imigrantes e membros de outros grupos étnico-raciais. Exemplo disto é a reeleição de Trump nos Estados Unidos.

Para se eleger, Donald Trump se aproveitou, em especial, dos fracassos econômicos do governo de conciliação de classe que o antecedeu e, com o apoio de uma grande parte da burguesia, implementou uma política protecionista para evitar que a principal potência imperialista siga em decadência. Do ponto de vista da política interna, sua vitória representa a ascensão de uma política reacionária, autoritária e de ataques às minorias. Enquanto do ponto de vista da política externa, aponta uma nova fase de enfrentamento e disputa entre o capitalismo decadente americano e o capitalismo em ascensão da China. Sua tarefa: reorganizar o mundo a serviço dos Estados Unidos.

O “Tarifaço”, taxaço de inúmeros produtos exportados para o Estados Unidos, deu início a uma guerra comercial que, apesar de mirar em especial a China, principal potência imperialista emergente, atingiu grande parte dos países do mundo, incluindo o Brasil que além de taxado foi diretamente ameaçado pelo presidente dos EUA.

Desde o dia 06 de agosto, 60% das exportações brasileiras estão sobretaxadas em 50%. Para algumas exceções, como a Embraer e o suco de laranja, ou seja, os produtos que a economia norte-americana é mais dependente, ou que são insumos de seus próprios monopólios, houve um recuo. Mas, mesmo estes seguem taxados em 10%. Sob um discurso cínico de apoio à Bolsonaro, contra a “perseguição injusta” sofrida pelo mesmo, Donald Trump ataca diretamente a soberania do país, exigindo a anulação do processo contra Bolsonaro, a livre ação de seus monopólios, em especial as big techs, a autorização para exploração das terras raras e a taxação dos pix.

Brasil soberano? Tanto a direita quanto a “esquerda” se submetem ao imperialismo

Enquanto a direita, representada em especial por Eduardo Bolsonaro, deputado que segue no mandato recebendo para conspirar contra o próprio país, lambe botas de Trump, irrita até mesmo parte da burguesia brasileira (evidenciando um racha no setor), diante da sua comemoração absurda com relação ao aumento das taxas e a tentativa de interferência na justiça.

A “esquerda”, ou o governo Lula, também se colocou contra o enfrentamento real, dando uma resposta apenas diplomática, se negando a aplicar sequer a reciprocidade e assim também taxar os produtos norte-americanos. Pior, segue negociando a exploração das terras raras pelos Estados Unidos, bem como um afrouxamento nas leis que regem os “data centers” no país. O governo apresentou o projeto “Brasil Soberano”, que nada mais é do que um pacote de ajuda aos empresários, para os quais já são direcionados uma série de benefícios, mas não apresenta medidas emergenciais de apoio e suporte aos trabalhadores. Apesar de anunciar que as medidas estão condicionadas ao número de empregos, o pacote de ajuda, efetivamente, não proíbe demissões, abre as portas para a redução dos salários e direitos e, até mesmo, para a suspensão dos contratos de trabalho. Ao mesmo tempo em que tenta aprovar a Reforma Administrativa, um ataque aos servidores públicos que praticamente põe fim às carreiras e ao funcionalismo, garante que o país siga pagando para os bancos internacionais uma dívida pública já sanada.

Ou seja, a opção do governo Lula diante da crise imposta pelo Tarifaço é a mesma de todos aqueles que governam para a burguesia: retirar direitos dos trabalhadores enquanto apoia os setores mais ricos.

Catástrofe climática

Em meio a esse cenário de agudização da decadência capitalista e degeneração da sociedade uma enorme crise ambiental coloca em risco a continuidade da existência da espécie humana. Biomas correm o risco de não seguir existindo e muitos deles já estão próximos do ponto de “não retorno”. A ganância da burguesia capitalista alterou o clima no mundo, com o aquecimento global provocado pela exploração dos recursos e extração ilimitada da natureza, e está devastando o planeta. Agora, as catástrofes ambientais como secas severas, enchentes, incêndios, tempestades, furacões e temperaturas extremas que se dão em vários pontos do mundo, se apresentam como uma resposta da natureza à exploração desenfreada da burguesia.

No Brasil, que agora em novembro sediará a COP 30, o capital impõe o ritmo acelerado da destruição ambiental. O governo Lula, para garantir a famigerada governabilidade, enquanto discursa a favor da preservação ambiental impõe retrocessos ao caminhar lado a lado com a

burguesia atrasada e exploratória. Exemplo dessa farsa é a liberação para exploração do petróleo na bacia da foz do rio Amazonas pelo governo. Não há questionamento sobre o modelo econômico baseado na exploração sem limites para atender interesses do agronegócio e das mineradoras. Pelo contrário, tanto o governo quanto uma maioria de deputados, encabeçados da bancada ruralista, são parte do chamado “Pacote da Destruição”. Um conjunto de alterações na legislação ambiental que pode levar a extinção de alguns biomas e espécies, “passando o trator” em prol do “desenvolvimento”.

Enquanto os maiores danos são causados pela burguesia e sua sede insaciável por lucros, o maior atingido é sempre o povo pobre trabalhador. E, se é o povo pobre que mais sofre os efeitos dessa barbárie, soterrados, alagados e assassinados, a burguesia segue aumentando cada vez mais os seus lucros. É impossível garantir a vida e a preservação do meio ambiente sem enfrentar os verdadeiros inimigos: os capitalistas e os governos que atuam no sentido de garantir esse modelo de produção baseado no uso predatório da natureza!

Nakba Palestina

Exatamente no mês em que se realiza o nosso congresso, completam-se dois anos da escalada do genocídio do povo palestino pelo estado de Israel. Há dois anos o mundo assiste ao vivo o holocausto palestino na faixa de Gaza. No entanto, o regime de apartheid imposto por Israel ao povo palestino acontece há dezenas de anos. Gaza já estava sitiada muito antes de 2023. Israel impôs um bloqueio que se dá por vias aéreas, terrestre e marítima, condicionando todo povo à pobreza e à opressão. Em 2018 o cenário já era assustador: pelo menos 53% dos cerca de dois milhões de palestinos viviam em situação de pobreza e o desemprego situava-se na espantosa faixa dos 52%. 62% da população de Gaza dependia de assistência alimentar, 78% da água encanada é imprópria para consumo humano e a Usina Elétrica de Gaza só conseguia atender 50% da demanda da região.

Desde que o estado de Israel deu início à tentativa final da contínua Nakba, dezenas de milhares de pessoas foram mortas, em especial mulheres e crianças. A matança indiscriminada, diária, foi imposta não só por bombas, balas, drones, mas também pela fome, utilizada como arma de guerra e devastação. Todo tipo de infraestrutura foi paulatinamente arrasada: hospitais, escolas, igrejas, ruas, praças. Gaza se transformou em um verdadeiro caos de concreto, destruição e morte.

Enquanto a classe trabalhadora de todo o mundo se levanta contra o holocausto do povo palestino, os governantes, mesmo aqueles que fazem discursos contrários, como o governo Lula, se mantêm articulados com o Estado racista e supremacista de Israel, honrando e construindo novos compromissos e acordos econômicos. Numa conexão política que garantiu a consolidação do estado sionista, no pós-Segunda Guerra, assim como seu crescimento econômico ao longo dos anos, até chegar aos dias de hoje, quando usa toda a sua tecnologia de guerra para dizimar um povo e roubar a sua terra. Segundo o Ministério da Saúde de Gaza, mais de 67 mil pessoas foram mortas, sendo mais da metade mulheres e crianças. De acordo com a Organização das Nações Unidas (ONU), 1.857 palestinos foram mortos enquanto buscavam comida. Milhares de pessoas morreram por inanição.

O acordo de cessar-fogo na Faixa de Gaza, anunciado pelos EUA, Israel e o Hamas, não representa uma tentativa de resolução do conflito, mas sim uma manobra política que reforça a investida de controle da região pelos Estados Unidos e pela Inglaterra, mantendo em curso o processo de limpeza étnica iniciado em 1948, quando a ONU criou artificialmente o Estado de Israel. Esse genocídio só terá fim quando a luta dos trabalhadores do mundo, e não só a resistência palestina, impor às potências imperialistas a existência de apenas um estado único palestino laico, livre, democrático e não racista, com direitos iguais para todas e todos que queiram viver em paz. Uma paz de verdade, e não a paz dos cemitérios que esse cessar-fogo impõe.

A luta dos trabalhadores se impõe em todo o mundo

Em várias partes do mundo a classe trabalhadora se revolta. Recentemente houveram importantes levantes em Bangladesh, Indonésia, Madagascar, Marrocos, Nepal, Peru, Equador e Angola. Em todas elas o povo se uniu para questionar a crise social, o desemprego, o autoritarismo e a repressão estatal. Enquanto a burguesia e os governos fantoches desse setor nos atacam, os exploradores e oprimidos do mundo seguiram em luta!

CONJUNTURA NACIONAL

O Brasil sempre foi um país com características coloniais. As rebeliões populares definiram conquistas para a classe trabalhadora e os povos originários, mas não mudou o curso de dependência das potências imperialistas.

Mesmo com o crescimento industrial a economia nunca deixou de ser apoiada na exportação de grãos, carne e minério (commodities). Com a chegada do neoliberalismo vivemos os efeitos dos processos de privatização, da mercantilização dos bens públicos, a flexibilização dos mercados de trabalho e o aumento das concessões e redução de impostos aos mais ricos. O que fez crescer o número de trabalhadores desempregados e desestruturados, embora a camada de trabalhadores completamente alijados do mercado de trabalho sempre tenha sido enorme. Com a chegada do neoliberalismo e a queda do leste europeu, ganham força a ideia de que a saída para melhorar a vida das pessoas não estava mais na luta acirrada entre as classes, mas na conciliação.

Pior, as próprias organizações construídas pela classe trabalhadora passaram a fomentar esse discurso. O socialismo, na maioria das vezes, quando é defendido, é apresentado como um projeto a ser construído no futuro, junto com a ideia de que como não temos “correlação de forças” a única saída que temos é a conciliação.

E é dessa forma que vemos, na história recente, o aumento da indignação e organização dos trabalhadores ser convertido para o processo eleitoral. E também a liderança operária de maior expressão, construída no Brasil pós-ditadura, chegando à presidência em aliança direta com um setor de peso do empresariado nacional, apoiado por amplos setores da burguesia internacional.

Em 2002, Lula é eleito em aliança com o presidente da FIEMG e com um programa abertamente neoliberal, com algumas medidas de proteção social. O curso de implementação neoliberal não parou mas mudou de forma, a venda das Estatais teve uma redução de força significativa, no entanto continuou crescendo a venda de ações das empresas públicas, as concessões de serviços e exploração dadas à iniciativa privada, a transferência de recursos públicos para sustentar o privado em áreas essenciais como a Saúde e Educação, a desregulamentação do trabalho, a exploração predatória de recursos naturais, a perseguição dos povos originários. Durante os dois primeiros mandatos do PT, a retomada de crescimento econômico, fruto em grande parte, de uma retomada mundial do crescimento, possibilitou que algumas medidas fossem tomadas e que a situação de vida da população mais pobre, de fato, tenha melhorado. Mas sem mudanças estruturais nas legislações de mais peso. Com os efeitos da crise de 2008, os governos posteriores não conseguiram manter a situação anterior.

Dilma viveu um grande levante popular em 2013, mas ainda assim foi reeleita, em 2014, dizendo “nem que a vaca tussa, vou retirar direitos da classe trabalhadora”. A vaca não tossiu, mas direitos foram retirados. Apoiado neste sentimento de indignação da população, na percepção clara da redução da qualidade de vida, um setor da burguesia nacional mais “atrasada” e que defende levar ao extremo o liberalismo econômico, se uniu a um setor ultraconservador, formando uma alternativa de poder. Conseguem derrubar Dilma, vencem as eleições subsequentes com Bolsonaro, elegem muitos deputados e governadores de estados importantes. Um fenômeno que tem expressão similar em diversos países do mundo.

A gestão de Temer e posteriormente de Bolsonaro acelerou e aprofundou em muito a retirada de direitos, atingindo trabalhadores do campo e da cidade, além dos povos originários. Isso tudo, aliado a uma atitude genocida durante a pandemia e ao movimento organizado contra Bolsonaro, levou à sua derrota eleitoral. Mesmo que apertada, sua derrota foi uma grande vitória da classe trabalhadora. No entanto, a alternativa construída à candidatura de Bolsonaro, encabeçada pela chapa Lula/Alekmin, é uma alternativa de conciliação de classe.

O programa e a política aplicada até aqui são de poucas concessões ao conjunto dos trabalhadores e com perspectivas de ampliação da retirada de direitos. Alguns exemplos de medidas adotadas pelo governo sustentam nossa caracterização: a aprovação do arcabouço fiscal, que impôs congelamento de salários e cortes sistemáticos na educação, saúde e outras áreas essenciais em 3 anos (na ordem de R\$ 29 bi); a liberação de R\$ 364,2 bi para o agronegócio através do Plano Safra, enquanto apenas R\$71,6 bi foi liberado para o pequeno produtor e a reforma agrária; o veto parcial ao projeto do Marco Temporal e do PL da devastação; exploração de petróleo na margem equatorial; ataque ao salário mínimo e ao BPC; a assinatura do contrato de privatização do metrô em BH; a presença e influência ostensiva de setores privados no MEC. Além disso, a manutenção dos acordos comerciais com Israel e a ausência de medidas efetivas contra o tarifaço de Trump. Apesar de em ambos os casos a retórica ter sido aguerrida, as ações foram tímidas.

O crescimento da ultradireita, não pode ser justificativa para que as organizações da classe se tornem um braço do governo. Já vivemos essa experiência e o resultado foi a ascensão de Bolsonaro. A ultradireita, que flertou com a possibilidade de golpe, só será derrotada através de um grande ascenso da classe trabalhadora.

Os acontecimentos recentes são uma demonstração disso. O anúncio do tarifaço de Trump, exigindo a suspensão das denúncias contra Bolsonaro; a tentativa do congresso de emplacar a PEC da blindagem e um projeto de redução de penas aos golpistas de 8 de janeiro; geraram uma reação que há muito tempo não era vista no país.

Essa reação, além de derrotar a PEC da blindagem, congelou a dosimetria nas condenações, forçou o Congresso a aprovar a isenção de imposto de renda para quem ganha até R\$5.000,00 e uma cobrança de 10% sobre juros e dividendos. Uma medida tímida, que nem de longe representa uma redução significativa dos impostos dos mais pobres ou de cobranças dos bilionários. Mas, ainda assim, uma vitória para um setor da classe. Para o governo foi muito importante, pois precisa entregar alguma conquista aos setores estruturados da classe, onde perdeu muito apoio. Ao mesmo tempo que também precisa manter o arcabouço fiscal. É por essas e outras que a Reforma Administrativa deve ganhar força neste final de ano, a tentativa é uma aprovação em tempo recorde, para minimizar os efeitos da reação.

Diante deste quadro, é necessário que as organizações da classe trabalhadora se mantenham com completa independência em relação ao governo, enfrentando todas as medidas que representam retirada de direitos e não rebaixando suas exigências. Não podemos, em nome de combater a ultradireita, renunciar a nossas reivindicações históricas, se assim o fizermos estaremos atuando justamente ao contrário, fortalecendo as concepções que sustentam este setor. E é isto que significa ser oposição de esquerda ao governo.

CONJUNTURA ESTADUAL

O governador Romeu Zema (Novo) implementa, desde 2019, um projeto de aprofundamento neoliberal e privatista, que busca transformar Minas Gerais em um modelo de gestão empresarial, a serviço da burguesia. Sob o discurso da “eficiência” e da “austeridade fiscal”, Zema aprofunda o desmonte do Estado, congelando salários, atacando o funcionalismo e entregando empresas públicas à iniciativa privada.

A política fiscal de Zema mantém Minas sob o controle do sistema financeiro, priorizando o pagamento da dívida pública em detrimento das necessidades da população. Essa escolha aprofunda a desigualdade social e fragiliza ainda mais os serviços públicos, penalizando sobretudo as trabalhadoras e os trabalhadores.

A relação com as grandes empresas é chocante. Zema utiliza uma política de subsídios para grandes empresários como a família Mattar, dona da Localiza, e para grandes mineradoras que financiaram sua campanha eleitoral, as mesmas mineradoras que destroem o meio ambiente e estão envolvidas, junto com o governo estadual, na escandalosa Operação Rejeito, da Polícia Federal.

A dívida de Minas Gerais cresceu 89%, chegando a R\$166,7 bilhões em maio de 2025. Um crescimento questionável, ainda mais se considerarmos que, em acordo com Bolsonaro, Zema abriu mão de receber recursos federais na ordem de 126 bilhões, em função das compensações financeiras pelas perdas da Lei Kandir. Para solucionar essa questão, o acordo com o governo federal foi modificar alguns termos do Regime de Recuperação Fiscal e mudar o nome para PROPAG, um acordo que continua penalizando os serviços públicos dos Estados e ameaçando as empresas públicas do Estado.

Zema implementou a Reforma da Previdência; aprofundou a terceirização no setor público; iniciou a terceirização na educação com as Organizações Sociais (OSs); tentou ampliar, sem sucesso, a política das Escolas cívicas militares; privatizou várias estradas estaduais; aprovou o Rodoanel, grave ataque ao meio ambiente e às populações das cidades ao redor de BH; tem uma política de fechar hospitais públicos; ataca a FUNED e IPSEMG.

As privatizações avançam sobre áreas estratégicas como energia, educação, saneamento e transporte, ameaçando a soberania do estado e a qualidade dos serviços. Cemig, Copasa e Gasmig estão na mira dos grandes grupos econômicos, enquanto o governo reduz investimentos sociais e perdoa dívidas bilionárias de grandes empresas. A venda das estatais só não aconteceu ainda devido à mobilização dos sindicatos e movimentos sociais.

Zema se coloca como alternativa para o Governo Federal nas próximas eleições, tentando cooptar parte do eleitorado bolsonarista, já que Bolsonaro está inelegível. No entanto, sua administração foi marcada pelo enfrentamento com sindicatos, setores da sociedade civil e movimentos em defesa do meio ambiente. Apesar de ter previsto gastar, só esse ano, 151 milhões em propaganda, esse governo não deixará saudades, em especial nos servidores públicos, que viram seu poder de compra diminuído, seus salários congelados e suas carreiras destruídas.

CONJUNTURA MUNICIPAL

Belo Horizonte manteve uma tendência de crescimento da sua economia, da arrecadação da prefeitura e um equilíbrio fiscal distinto de outras capitais. Situação que se explica pela dinâmica dos setores econômicos da cidade e por um ajuste sobre os serviços públicos, que teve consequências. O percentual da receita gasto com o pagamento de servidores públicos está mais de 10% abaixo do limite prudencial da lei de responsabilidade fiscal, a população de rua aumentou 700% em uma década; BH tem apresentado índices de inflação mais altos que a média do país. A terceirização de serviços cresceu na ordem de meio milhão ao ano, desde 2018.

Desde o acordo construído entre Pimentel e Aécio Neves para eleição de Márcio Lacerda, há um emaranhado dos diversos partidos que ocupam a institucionalidade. O governo de Damiano tem participação desde o PL até o PSOL, o que não significa que não haja contradições, em especial no PT e PSOL. Como no restante do país, a Câmara Municipal tem um perfil bastante conservador e fisiológico, 80% do seu tempo é ocupado com microprojetos para atender as bases eleitorais de cada vereador.

A viagem à Israel, as declarações em relação às nossas greves, a postura em relação a votação do PL da Tarifa Zero apontam claramente a linha do governo municipal. Damião precisa dar resposta e garantir a transferência de recursos à distintos interesses, desde setores do empresariado da cidade, até setores miúdos que se organizam em torno de vereadores, como algumas OSCs, para garantir seu curral eleitoral. Dessa forma, o que podemos esperar é mais transferência de recursos públicos para a iniciativa privada e mais ataques sobre os serviços públicos.

Para o próximo período, temos de avançar nossa organização e os laços com os demais movimentos organizados da cidade, assim como toda a comunidade, para enfrentar as novas tentativas de redução de direitos que vamos enfrentar.

POLÍTICA EDUCACIONAL

O neoliberalismo em ataque ao ensino público! Educação é direito e não mercadoria.

A universalização da educação pública, garantida em 1988, é fruto da luta dos trabalhadores no mundo para que seus filhos tivessem acesso à educação formal. No entanto, no Brasil, assim como em quase todos os países capitalistas, as políticas educacionais acompanharam as exigências do mercado mundial. Desde os anos 90, com o aprofundamento da decadência do capitalismo e a imposição da política neoliberal no mundo, junto a divisão internacional do trabalho, reforçou o Brasil como fornecedor de commodities e o reflexo na educação foi nefasto.

O MEC, tem uma composição bastante ambígua, que oscilou diante dos diversos governos, mas sempre abrigou um setor pesado do empresariado. Hoje, tem um peso forte de um setor diretamente privatista, como a Fundação Lemann, que atua para garantir que as medidas ditadas pelos organismos internacionais sejam efetivamente implementadas, solidificando uma escola neoliberal.

Medidas como a terceirização, a substituição de professores por outros profissionais e as contratações precárias são acompanhadas pela implementação de um currículo formal conservador e restrito, junto a um esvaziamento da escola pública como espaço de educação científica para a classe trabalhadora.

Junto a isso, a privatização avança de forma vertiginosa, permitindo que sejam realizados constantes repasses de recursos públicos para a iniciativa privada.

Esse movimento, que se dá desde o ensino superior até a educação infantil, serve tanto para ampliação de mercados de grandes conglomerados econômicos, quanto para prefeitos garantirem apoio político de grupos religiosos ou ampliar sua influência nas comunidades. A transferência de recursos públicos para a iniciativa privada é bastante criativa, se dá via Bolsas (Fies e Prouni), vouchers, isenção de impostos, PPPs, convênios, compra de equipamentos e de materiais didáticos e terceirização de serviços.

A convivência dessas políticas com a permanência de um subfinanciamento da educação tem efeitos catastróficos. Embora os últimos planos decenais aprovaram a meta de aplicação dos investimentos na educação para 10% do PIB, em 2023 os investimentos chegaram a apenas 4,9%. A política de teto de gasto e arcabouço fiscal, imposta pelo governo federal, comprometeu ainda mais este investimento em 2024, os cortes diretos de verbas da educação foram na ordem de R\$ 1,37 bilhões. O pacote fiscal aprovado no final do ano passado impôs uma diminuição de recursos da educação básica da ordem de R\$ 42,3bi até 2030. Agora, um novo corte está sendo analisado com a proposta de jogar o programa pé de meia, para dentro da verba do FUNDEB.

Em Belo Horizonte, o problema que hoje está colocado não é apenas a falta de recursos, mas a transferência dos recursos disponíveis para a iniciativa privada, por meio de contrato com centenas de creches conveniadas, "parcerias" com OSCs e compra de serviços que custam milhões para os cofres públicos. Essa transferência é possível devido à grande flexibilidade da legislação que incorpora a privatização como parte da política educacional. No Estado de Minas Gerais, a situação talvez seja ainda mais grave, embora as concessões públicas sejam menores que na prefeitura, há um plano de terceirização da Unidades de Saúde e de privatização de escolas estaduais. Sem contar a proposta de militarização, que já é uma realidade em muitas escolas estaduais. Zema foi derrotado na última tentativa de expansão da militarização; mas não significa que tenha desistido da ideia.

Em 2020, tivemos uma grande vitória ao garantir a manutenção do FUNDEB e a ampliação do aporte do governo Federal que, em 2023, atingiu 23% do total dos fundos estaduais. No entanto, uma vitória que não eliminou as contradições anteriores e que trouxe novas contradições: não houve obrigatoriedade de ampliação do investimento total em educação (o que se deu foi uma redistribuição); ampliou a parcela da verba do FUNDEB a ser obrigatoriamente investida em trabalhadores em educação, mas também ampliou o espectro de trabalhadores que podem estar neste rol; a privatização também é permitida explicitamente nos termos da nova lei.

Aliado a isso, a flexibilidade da lei do Piso do Magistério e a ausência de pisos para outros trabalhadores em educação permitiu que os governos transformassem o piso em teto; o que só não foi pior, em função das lutas árduas dos trabalhadores em educação.

As escolas estão cada vez mais complexas, reflexo de uma sociedade também mais complexa e desestruturada. Se a violência, o adoecimento e o desalento aumentam na sociedade isso é refletido diretamente dentro das escolas. As respostas que os governos dão são abusivas: aumentar as tarefas de cuidado das escolas, esvaziar a tarefa de formação científica, ampliar as jornadas de trabalho, terceirizar, desprofissionalizar, destruir carreiras, retirar direitos, dificultar a aposentadoria, flexibilizar contratos, implementar ganhos por produtividade, militarizar e privatizar. A proposta de Reforma Administrativa pretende ser um avanço na organização destes ataques.

Felizmente os ataques também geram resistência de trabalhadores, estudantes e comunidades escolares. Resistência ainda dispersa e polarizada, mas resistência. As greves dos trabalhadores em educação em BH (terceirizados e concursados) e a rejeição ao projeto de militarização das escolas proposto por Zema são bons exemplos disso.

Reivindicamos uma escola democrática, laica, da educação infantil ao ensino médio, que consiga debater com as comunidades sua proposta pedagógica, que sirva para formação técnica-científica e libertária, que inclua ao conjunto de estudantes, que potencialize os diversos saberes em suas diversas formas de manifestação e não uma escola meritocrática. No entanto, isso não se consegue com uma lista de intenções, é urgente que sigamos o combate classista no interior da categoria, a escola pública é um espaço de formação da classe trabalhadora, nossos estudantes fazem parte da mesma classe que nós, a sociedade é polarizada pela luta de classes e não dirigida por uma democracia abstrata. Nos interessa que a escola seja o espaço de todes, todas e todos, por isso é crucial enfrentarmos o racismo, machismo, LGBTI fobia, capacitismo e outras manifestações de preconceito. Lutar por essa escola no mundo de hoje pressupõe defesas concretas: por mais recursos, por valorização do profissional de educação ativo e aposentado, por concursos públicos, pela habilitação e formação permanente de todos os profissionais da educação; pela valorização de uma carreira única que abarque o conjunto dos profissionais em educação; para que a educação atenda os direitos coletivos e não interesses privados, por isso temos de ser contra qualquer forma de privatização e dinheiro público deve ser investido apenas em instituições públicas. Diante deste quadro, qualquer política pedagógica defendida pelo Sind-REDE/BH deve incorporar esses princípios essenciais

OPRESSÕES

Vivemos em uma sociedade marcada pela exploração da classe trabalhadora e pelo racismo, machismo, LGBTIfobia e xenofobia.

O capitalismo utiliza essas opressões para dividir a classe trabalhadora, justificar salários menores e a precarização e manter privilégios para os mais ricos.

No Brasil, a população negra continua sendo a maioria entre os desempregados, os mais precarizados, os assassinados pela polícia e os que recebem os menores salários. O machismo e a LGBTIfobia também são utilizados para sobrecarregar mulheres e LGBTIs no trabalho, no lar e na sociedade, intensificando sua exploração.

A divisão entre os trabalhadores só interessa aos capitalistas! Não sem motivos, durante o governo Bolsonaro, com a ascensão da ultradireita, com seus discursos conservadores que legitimam ações de violência, por meio de pronunciamentos, comportamentos preconceituosos e discriminatórios, vimos que a violência contra as mulheres e a comunidade LGBTQIAPN+ aumentou consideravelmente. Infelizmente, mesmo após a derrota eleitoral de Bolsonaro, o povo negro segue sendo alvo dos ataques. O genocídio racista é uma política do Estado brasileiro e o perfil é o mesmo: jovem, pobre, negro e das periferias, além de perseguir os trabalhadores rurais, quilombolas e indígenas.

A ascensão da ultradireita e a polarização social advinda disso não é simplesmente um fenômeno conjuntural ou eleitoral. No interior da classe trabalhadora, são fomentados, das mais diversas formas, os preconceitos e as ideologias que a dividem. Por isso, é tarefa nossa combater a guerra cultural posta pela ultradireita, que se coloca como defensora dos valores conservadores e reacionários (xenófobos, racistas, misóginos, lgbtfóbicos). Mas é também

tarefa nossa combater as concepções reformistas que, ao se apresentarem como policlassistas, não colocam na ordem do dia a derrubada do sistema capitalista.

As opressões não podem ser combatidas de forma isolada. Embora haja conquistas parciais, apenas a classe trabalhadora organizada tem força social para acabar de vez com o racismo, o machismo e todas as formas de opressão e para isso é preciso independência de classe e dos governos. É necessário unir a classe trabalhadora e combinar as lutas contra as opressões com a luta contra o capitalismo.

A luta das mulheres trabalhadoras, das negras, negros e da juventude periférica, das pessoas LGBTIs, precisa estar no centro da agenda do Sind-REDE. Não aceitamos a lógica liberal que reduz a luta das mulheres a ocupar cargos de chefia ou de “representatividade empresarial”. A luta que nos interessa é a que questiona a raiz da opressão: o capitalismo. É necessário fortalecer uma luta das mulheres, negros e LGBTIs classista, que tenham como horizonte a destruição da ordem capitalista.

As opressões não têm fronteiras. Enquanto governos como o de Israel massacram o povo palestino, apoiados por potências imperialistas, precisamos levantar a bandeira da solidariedade internacional na luta contra o imperialismo em todo o mundo.

Não há emancipação para mulheres, negros, negras, LGBTs e trabalhadores sob o capitalismo. O fim das opressões só será possível com uma outra sociedade, construída pela classe trabalhadora organizada em ruptura com o capital.

Por um Sind-REDE/BH que enfrente as opressões para fortalecer a luta da classe trabalhadora!

ESTRUTURA SINDICAL/MUDANÇAS ESTATUTÁRIAS

Independência de classe, independência em relação aos governos, classismo, autofinanciamento, união nas lutas da classe trabalhadora, promoção da unidade e solidariedade entre os povos oprimidos e explorados, um sindicato que se dirige com democracia de base.

Estes são os princípios gerais que norteiam a estrutura do Sind-REDE/BH e da CSP-Conlutas, com maior ou menor sucesso em determinados momentos.

Independência de Classe e Democracia de base - Manter o sindicato independente em relação aos governos não pode ser só uma retórica, é preciso se efetivar na prática. Para isso, os organismos de base precisam ser onde de fato a política do Sindicato é definida. Cada vez mais, é preciso deslocar para a reunião de representantes a definição das políticas interassembleias.

Autofinanciamento - O Sind-REDE/BH, assim como outras entidades dos servidores públicos e alguns exemplos importantes de entidades representativas de trabalhadores da iniciativa privada, não se abalaram diante a última reforma trabalhista, quando acaba o imposto sindical, porque sempre defendeu a autossustentação. Sempre fomos contra o imposto sindical e qualquer forma de financiamento imposto ao trabalhador e que nos coloque reféns dos governos e patrões. Somos contra a cobrança de qualquer taxa ou imposto compulsório.

Diante do debate sobre a taxa negocial, achamos pertinente, desde que seja votada e aprovada por maioria em assembleia presencial, em dia de paralisação, com a divulgação prévia deste ponto na pauta. A votação deve incluir: o valor da cobrança; se a cobrança incluirá filiados e não filiados; a forma da cobrança; o prazo para que o trabalhador possa se posicionar contrário à cobrança e as formas que o trabalhador poderá realizar este posicionamento. A decisão da assembleia deve ser amplamente divulgada à categoria.

Classismo, unidade e solidariedade - É princípio lutar contra uma ideologia que tenta tirar de nós o sentido de pertencimento à classe trabalhadora e nos dividir. Não é possível avançarmos, ou mesmo mantermos posição nas nossas lutas específicas, se a consciência e os direitos do conjunto dos trabalhadores pobres e oprimidos não avançam, por isso ser parte das lutas que ultrapassam os limites específicos de nossa categoria é fundamental.

Mesmo que tenhamos diferenças políticas, organizativas e de concepção com determinadas entidades e organizações, desde que sejam parte da nossa classe, construir a unidade nas lutas é fundamental.

Mas a unidade mais significativa é dentro da própria entidade. Representamos o conjunto dos trabalhadores em educação da Rede Municipal de Educação de Belo Horizonte. Somos contra a terceirização e o contrato precário, mas não contra o terceirizado e o trabalhador precário. Juridicamente, o Sind-REDE/BH já cumpriu esse desafio, mas a unidade e solidariedade entre concursados e terceirizados ainda é uma bandeira a ser perseguida.

Proporcionalidade, limitação de mandatos e diretoria colegiada - No caso do Sind-REDE, um sindicato que tem atuação em instituições públicas, embora não seja um Sindicato exclusivo de servidores públicos, a garantia da proporcionalidade com uma direção plural, com limitação de mandatos e uma diretoria colegiada é fundamental para o combate à burocratização e a aproximação da entidade junto aos trabalhadores.

MUDANÇAS ESTATUTÁRIAS

Nossa tese assina um conjunto de propostas de mudanças estatutárias que se encontram em uma resolução apresentada pela diretoria da entidade.

PLANO DE LUTAS

Nosso plano de lutas se baseia na luta direta e na unidade de ação, com a mais ampla organização de base e participação da categoria. Assinamos um conjunto de propostas de resolução que materializam este plano de Lutas e que seguem junto às teses.

BALANÇO

Acreditamos que nossa organização sindical do último período atravessou desafios novos e importantes, tanto pelo endurecimento dos ataques, quanto pela existência da dicotomia de governos de ultra-direita e governos de conciliação de classe. Temos respondido a esses desafios.

A categoria não deixou de se mobilizar em nenhum momento e mobilizações organizadas pelo sindicato que respondeu tanto às lutas gerais, quanto às questões específicas.

O Sind-REDE é uma entidade reconhecida pela base da categoria e pelo conjunto dos movimentos sindicais e sociais da cidade, pela sua independência e combatividade. No entanto, de nada serve um balanço se não levantamos nossas fragilidades. Há um endurecimento nas relações internas das escolas, as quais precisamos dar resposta, aproximando mais a entidade dos locais de trabalho. Melhoramos muito o nosso alcance virtual, e isso foi de extrema importância, mas isso por si só não garantiu a aproximação com a base. Embora a entidade tenha uma boa base de filiados, é preciso dar um salto na filiação da nova geração, que chegou às escolas nos últimos 10 anos. Estas mesmas questões já haviam sido identificadas no último Congresso, mas avançamos pouco na nossa organização por local de trabalho, de 2023 para cá. A campanha de filiação proposta em 2025, amparada nos representantes, foi uma iniciativa importante. Mas novas iniciativas precisam ser pensadas. Quanto à avaliação das greves deste ano, apresentamos um texto à parte em conjunto com todo o Coletivo Fortalecer. Acreditamos que os dois movimentos refletem um amadurecimento em nossa organização e da categoria. No mais, temos acordo com o balanço apresentado coletivamente, de forma mais detalhada, como proposta de resolução para este congresso.

OBS.: (As propostas de resolução sobre os diversos temas aqui apresentados serão encaminhadas ao congresso em um documento a parte)

Assinam esta tese: Andreia Ferreira, Adrilene (E.M Modesta Cravo), Bárbara Guimarães, Clayton Márcio, Carolina Pasqualine, Cleonice aparecida de Oliveira, Cristina Alvarenga, Diana de Cássia, Diego Miranda, Firmínia Rodrigues, Flávia Silvestre, Flávio (E.M Maria de Mazarello), Geraldo (E.M Carolina de Jesus), Helber Marconi, Ivone Arvelos, Izabela (EMEI Pacajá), Jacinta Gomes, Junio Rodrigues Martins, Marcus Vinícius, Maria Laura de Abreu Rosa, Michael Cristina do Nascimento, Neide Resende, Priscila Dantas, Renata, Rosmary Aguaió, (E.M Modesta Cravo), Tatiane Ferraz, Tatiane Ferreira, Thiago Douglas, Vanessa Portugal, Wanderson Rocha.

CONTRIBUIÇÃO DO COLETIVO DE PROFESSORAS(ES) APOSENTADAS(OS)

GOLPE NO PLANO DE CARREIRA DA EDUCAÇÃO DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO

A redemocratização do Brasil se deu em um contexto de debates e lutas por direitos, intensificados em meados da década de 1980, com a instalação da Assembleia Nacional Constituinte, que concluiu a Nova Constituição Cidadã em setembro de 1988.

Em consonância com a Constituição Federal, que estabeleceu parâmetros para a Educação como direito de todos e dever do Estado, visando ao desenvolvimento da pessoa e ao exercício da cidadania, foi aprovada a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (Lei nº 9.394/96), que normatizou o sistema educacional conforme princípios como gestão democrática e direito à educação de qualidade. A LDB também passou a dispor, nos artigos 61 a 67, sobre os profissionais da Educação, sua formação, Planos de Carreira e Estatutos. A Lei prevê que os sistemas de ensino incluam na carga horária de trabalho momentos de formação e assegurem um Piso Salarial Profissional, conhecido como Piso Nacional da Educação.

Na efervescência das lutas e dos intensos debates do período da redemocratização, os profissionais da Rede Municipal de Educação de Belo Horizonte tiveram participação relevante. A atuação em todo esse processo culminou em conquistas nos níveis municipal, estadual e nacional.

Nessa conjuntura, em 1996, foram criados o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de BH, em agosto (Lei nº 7.169/96), e o Plano de Carreira, em dezembro (Lei nº 7.235/96).

A partir daí, a progressão na carreira ficou estabelecida com critérios objetivos:

1. Avaliação de desempenho em intervalos de 1.095 dias.
2. Progressão por escolaridade: apresentação de títulos de aperfeiçoamento profissional.
 - a. No caso do antigo PI (nível médio), mediante a apresentação da formação superior, houve realocação dentro da tabela no nível da graduação, o que conhecemos como pagamento por habilitação.
 - b. Para títulos de pós-graduação lato sensu, 5%; stricto sensu (mestrado e doutorado), 10%, totalizando 25%.

É importante destacar que os critérios foram bem definidos na Legislação Municipal, tanto os da Avaliação de Desempenho quanto os de Progressão por Escolaridade. Somando-se a esses, outros benefícios passaram a integrar os proventos dos servidores públicos municipais: quinquênios, licença-prêmio, vale-transporte e vale-refeição. O atendimento à saúde dos servidores, que se dava no Hospital Odilon Behrens, foi deslocado para clínicas administradas pela antiga BEPREM, que prestava assistência médica, odontológica e hospitalar aos servidores, além de ser responsável pela Previdência Municipal de BH.

A BEPREM também abrigava um conjunto de imóveis pertencentes aos servidores públicos. Entre eles, havia o *Clube Lagoa Acqua Park*, que, após a extinção da entidade e a criação do

Regime Próprio de Previdência dos Servidores Públicos Municipais (RPPS), foi repassado para a PBH, quando o indicado seria incorporar o patrimônio ao Fundo Previdenciário.

Hoje, a composição dos salários no município é acrescida dos reajustes anuais conforme índices das perdas econômicas. Até 2019, o Plano de Carreira permaneceu conforme foi constituído e, apesar de algumas alterações, manteve-se coerente com as premissas iniciais.

A partir de 2020, a PBH iniciou o processo de desmonte da carreira do magistério sob a justificativa de cumprimento da Lei do Piso Nacional. Por meio de manobras, descumpriu regras e critérios estabelecidos em legislações sobre as progressões, quebrando o princípio de que qualquer reajuste dado no nível inicial da tabela salarial deve repercutir nos demais níveis. A PBH acabou por impor um regime de permissividade de aumentos seletivos, contrariando os princípios do Plano de Carreira da Educação, retirando profissionais dos dois níveis iniciais e enquadrando-os no nível 3. A avaliação é de que assim o fez para não praticar um índice de reajuste que adequasse os salários iniciais da tabela, repercutindo nos demais níveis. Dessa forma, isolou servidores/as em exercício de aposentados/as e diferenciou a recomposição de perdas entre os dois segmentos.

Como se não bastasse a má-fé da PBH em pleno período crítico da Covid-19, outro estrago estaria por vir. Em 2022, a gestão Kalil/Fuad fez pior: acabou com mais cinco níveis da tabela e inaugurou os níveis 25, 26, 27 e 28. Ainda como parte do golpe contra aposentados/as, acelerou dois níveis para quem estava em atividade, sem promover o devido reenquadramento. Esse procedimento, ao mesmo tempo, aproximou os benefícios do segmento aposentado ao nível inicial da carreira e anulou o histórico de progressões construído ao longo da vida profissional. Vale ressaltar que a carreira anterior a 2020 tinha 24 níveis (1 ao 24) e a atual possui apenas 21 níveis (8 a 28).

É importante denunciar que a PBH vem construindo uma defasagem salarial entre trabalhadores/as em exercício e aposentados/as por meio dessa política nefasta iniciada nos governos Kalil/Fuad. O prejuízo está em torno de 27% (cinco níveis) para trabalhadores/as em exercício e 40% (sete níveis) para aposentados/as.

Trabalhadores/as em Educação, bem como o Sind-REDE/BH, devem estar atentos para impedir que, nos anos vindouros, a paridade não seja novamente burlada. Para tanto, é preciso:

1. Rechaçar toda proposta de mudança no Plano de Carreira que não seja construída em fóruns destinados exclusivamente a esse fim, garantindo um amplo debate com participação efetiva de professores/as em exercício e aposentados/as. Não se deve trocar reajuste digno por progressões.
2. Realizar estudo para obter o índice de defasagem salarial entre trabalhadores/as em exercício e aposentados/as entre 2020 e 2025, usando-o para reivindicar a recomposição salarial dos aposentados/as.
3. Exigir do Executivo projeto de lei que reenquadre os/as aposentados/as na nova tabela salarial criada a partir da Lei nº 11.381/22.
4. Caso haja novas mudanças na carreira que modifiquem a tabela salarial, cobrar uma Lei Municipal que reenquadre aposentados/as, a exemplo da implantação do Plano de Carreira.

5. Criar um grupo de trabalho permanente para discutir carreira, com representação de trabalhadores/as em exercício e aposentados/as.
6. Garantir a presença de um/a aposentado/a do Coletivo de Aposentados/as do Sind-REDE/BH em todas as mesas de negociação, mesmo aquelas que ocorrerem fora do período da Campanha Salarial.
7. Recuperar a tabela salarial original do Plano de Carreira (nível 1 ao 24), sendo o nível 1 o menor salário, que, na tabela atualmente praticada pela PBH, corresponde ao nível 8.

GOLPE NA CARREIRA, NUNCA MAIS!

Coletivo de Professoras e Professores Aposentados do Sind-REDE/BH

CONTRIBUIÇÃO DE CRISTINA DE ALVARENGA MARTINS
E PRISCILLA DANTAS DELPHINO

**ASSISTENTES ADMINISTRATIVOS EDUCACIONAIS:
PILARES INVISÍVEIS DA EDUCAÇÃO PÚBLICA E
A LUTA POR VALORIZAÇÃO**

Os Assistentes Administrativos Educacionais (AAEs) são profissionais fundamentais para o funcionamento das unidades escolares da Rede Municipal de Ensino de Belo Horizonte. Atuam nas Secretarias, Bibliotecas e Caixas Escolares, oferecendo suporte direto à equipe gestora e corpo docente.

Criado em 2018, o cargo de AAE surgiu da junção das funções antes desempenhadas por Auxiliares de Secretaria e Auxiliares de Biblioteca. Essa reestruturação representou uma ampliação significativa das atribuições e responsabilidades desses profissionais, mas, paradoxalmente, não veio acompanhada de uma valorização proporcional. A carga horária foi aumentada de 30 para 40 horas semanais, o salário teve aumento proporcional e foi concedido o benefício do vale-refeição, uma questão que revela o quanto ainda há por avançar em termos de justiça e reconhecimento profissional.

Esses profissionais, mesmo sendo de cargo de nível médio, se empenham em estudar, especializar e aprofundar na área de educação, pois sabem, que isso ajuda no seu trabalho, mas no entanto, são pouco valorizados, quando se trata de ofertas de cursos de graduação ou especialização que os contemplem e os faça progredir. A grande maioria são pós-graduados, mestres e doutores.

Os AAEs enfrentam, há anos, uma luta constante pela ampliação do plano de carreira. A reivindicação da extensão deste plano é legítima e necessária, uma vez que reflete a possibilidade do desenvolvimento profissional dentro da própria carreira, sem a necessidade de abandono do cargo ou migração para outras funções. Além disso, a categoria pleiteia o retorno do direito à venda das férias-prêmio — uma vez que, os AAEs tem enfrentado resistência da Prefeitura de Belo Horizonte e das direções de escolas para usufruí-las, tendo em vista o quadro reduzido desses servidores nas escolas, o que na prática nega o direito ao benefício. A venda de Férias Prêmio também é uma forma de valorização pelos anos de dedicação ao serviço público.

A luta pelo piso salarial e por melhores condições de trabalho também se soma a esse conjunto de reivindicações. Embora Belo Horizonte seja uma das prefeituras mais ricas do país, a categoria tem assistido ao sucateamento progressivo de suas condições de trabalho, com perdas de direitos e aumento das exigências cotidianas. A ausência de estrutura adequada, o acúmulo de funções e a sobrecarga de responsabilidades têm provocado um aumento expressivo dos casos de adoecimento físico e mental entre os servidores.

Soma-se a isso a ameaça constante representada pela proposta da Reforma Administrativa em discussão no Congresso Nacional. Caso aprovada, ela poderá comprometer gravemente

direitos históricos dos servidores públicos, como a estabilidade, conquistada com décadas de luta e essencial para garantir a continuidade e a qualidade dos serviços prestados à população.

Outro ponto de grande preocupação é a desvalorização do cargo de secretário escolar, que se tornou de ocupação exclusiva dos AAEs — o que representou um avanço em termos de reconhecimento da competência técnica da categoria —, mas cuja redução da Gratificação de Dedicção Exclusiva (GDE) resultou em um impacto financeiro negativo que não condiz com a responsabilidade e a complexidade das funções exercidas. Ao observarmos o papel que os Assistentes Administrativos Educacionais desempenham no cotidiano das escolas, torna-se evidente que sua atuação é indispensável para o pleno funcionamento do ambiente escolar. São profissionais que lidam com documentação, matrícula, dados de alunos, suporte às famílias, organização de recursos e apoio à gestão pedagógica — tarefas que exigem qualificação, compromisso e responsabilidade.

Entretanto, o reconhecimento material e simbólico desses trabalhadores ainda está aquém da importância de suas funções. A desvalorização histórica dessa categoria reflete uma lógica mais ampla de ocultamento dos profissionais de apoio na educação, que, embora não estejam diretamente em sala de aula, são imprescindíveis para que o processo educativo ocorra com qualidade.

Portanto, reafirmar a importância dos Assistentes Administrativos Educacionais é defender a própria escola pública. Valorizar os AAEs é garantir que a estrutura escolar funcione de forma justa, eficiente e humanizada. É preciso que a Prefeitura de Belo Horizonte e demais gestores públicos reconheçam que investir nesses profissionais é investir na Educação.

A ampliação do plano de carreira com mais valorização dessa classe que se empenha, estuda, aperfeiçoa e o restabelecimento do direito à venda de férias-prêmio, a recomposição das gratificações e a melhoria das condições de trabalho não são apenas reivindicações trabalhistas — são expressões legítimas da luta por dignidade, respeito e valorização de quem, todos os dias, sustenta silenciosamente os pilares administrativos da escola pública.

O Sind-REDE/BH continua junto com os Assistentes Administrativos Educacionais (AAE) na luta pelos seus direitos.

CONTRIBUIÇÃO DE CRISTINA DE ALVARENGA MARTINS
E PRISCILLA DANTAS DELPHINO

A CONSTRUÇÃO E O AMADURECIMENTO DA LUTA DOS BIBLIOTECÁRIOS

Nos últimos três anos, a categoria dos Bibliotecários Escolares (seniores e plenos) travaram uma luta intensa pelo reconhecimento de suas carreiras e conquista de direitos.

Com uma carga horária de 40h semanais e um atendimento que contempla três unidades escolares, esses trabalhadores relataram ao Sind-REDE/BH exaustão cotidiana. Além disso, o tempo dedicado ao trabalho se desdobra, também, nos deslocamentos espaciais diários no acesso às bibliotecas para cumprimento de seus deveres.

Esses e outros apontamentos são adicionados à temática principal desses servidores: a unificação das carreiras dos bibliotecários sênior e pleno. Há três anos, com a criação do cargo de bibliotecário pleno, uma defasagem salarial de, aproximadamente, 68% indigna os trabalhadores. Servidores de ambos os cargos estão insatisfeitos com essa diferenciação uma vez que ambos possuem as mesmas funções, formação e empenho.

Desde então, a organização dos trabalhadores e a luta pela unificação dos cargos têm sido uma marca da categoria. Ela se materializa em manifestações virtuais e físicas, nas redes sociais, em feiras do livro, em encontros com a Secretaria de Planejamento e Educação, nas assembleias.

O amadurecimento e a força da categoria foi demonstrada na ocasião do veto do prefeito Álvaro Damião a uma Emenda do vereador Vagner Ferreira, que seria o início de um processo de unificação das carreiras. Os trabalhadores organizados, em peso, visitaram os gabinetes dos vereadores com o intuito de derrubar o veto. A partir daí, essa campanha intensa, atingiu o então Secretário de Educação Bruno Barral que propôs o início de uma série de diálogos com os bibliotecários, cujo tema seria a unificação.

Entre trocas de secretários, atos em eventos, plenárias e encontros com representantes do governo uma vitória parcial foi alcançada. Um reajuste de 27,51%, segundo o secretário Bruno Passeli, o início do processo de unificação das carreiras, foi uma conquista. O nível 16 da carreira e a 6ª progressão por escolaridade também foram ganhos da campanha salarial deste ano e serão legitimados com a aprovação do PL 504/2025.

A campanha salarial de 2025 exigiu dos trabalhadores uma sabedoria e uma união indispensáveis. Foi e sempre será muito importante o reconhecimento dos bibliotecários seniores e plenos uns pelos outros. Como, também, a união dos Bibliotecários a outras categorias, no momento da greve. A participação em paralisações e atos fortaleceu um movimento maior e necessário pela valorização dos trabalhadores da educação da Rede Municipal.

Essa experiência e essa vivência de lutas, a consciência de saber-se trabalhador que sofre exploração e reconhece que precisa de organização é visível na trajetória de luta dos

Bibliotecários. Hoje, a categoria é considerada pelos representantes da PBH como um grupo reconhecido e, é convocado para o diálogo acerca de políticas a serem executadas na SMED. A unificação e suas premissas possuem grande reconhecimento em vários setores da sociedade belorizontina e isso ocorre porque a luta se fez notar, materializou-se em ideias, corpos e ações.

Há muitos desafios a serem superados. A conquista efetiva da unificação e a criação de uma Portaria que regule o exercício da função de Bibliotecário são exemplos de objetivos a serem alcançados. Contudo, após mais de três anos de organização dos trabalhadores e de luta intensa, os caminhos a serem percorridos terão o suporte da vivência e experiência das lutas e dos ganhos que, com ela, podem vir.

A história da luta dos trabalhadores no Brasil e no mundo revela que as conquistas são fruto da insistência, persistência, disciplina, coragem e maturidade para negociar quando necessário. A conquista do Bibliotecário e dos Assistentes Administrativos são conquistas dos trabalhadores da educação, bem como as conquistas dos professores favorecem as outras categorias que atuam no Administrativo. Cada conquista do servidor público beneficia o mesmo, garante e solidifica direitos. A luta é coletiva e, quando um trabalhador se organiza, luta e conquista todos os trabalhadores ganham.

Parabéns aos bibliotecários. Contem com o Sind-REDE/BH para mais lutas e conquistas.

CONTRIBUIÇÃO DO PROFESSOR VINÍCIUS THIAGO DE MELO

**SEGURANÇA NO TRABALHO E A AUTONOMIA
DAS ESCOLAS DE ENSINAR, AVALIAR E QUALIFICAR
O ENSINO A APRENDIZAGEM**

Muito se fala em desinteresse dos alunos, má qualidade do ensino, e muitas vezes, isso vem sendo associado ao trabalho do professor, aos métodos, à didática, à rotina e à monotonia das aulas. Apresentam como solução a “necessidade” de aulas mais atrativas, dinâmicas, criativas. No entanto, essa abordagem é só mais uma forma superficial de tratar o problema oferecendo uma solução “simples” que responsabiliza o professor por toda catástrofe e tira o foco da política educacional e de seus gestores, que estão muito mais preocupados em manipular resultados do IDEB (Índice de Desenvolvimento Básico da Educação) do que com o aprendizado dos alunos.

Atualmente, o sistema de ensino da prefeitura de Belo Horizonte funciona por ciclos. O Ensino Fundamental está dividido em três ciclos, cada ciclo com duração de três anos. Na teoria, a opção por ciclos seria justificada por possibilitar o respeito aos diferentes tempos de aprendizagem, de modo que os conhecimentos necessários não alcançados para o ano cursado pudesse ser revisado até o final do ciclo. Sendo assim, os alunos só poderiam ser retidos/reprovados no último ano do ciclo, no caso, no 3º, 6º e 9º anos. É verdade que existem diferentes tempos de aprendizagem, mas é preciso que esses alunos com dificuldades ou que por outros motivos de adaptação não alcancem as aprendizagens necessárias tivessem um acompanhamento com apoio de outros profissionais e, principalmente da família, que elaborem conjuntamente algum plano diferenciado para que suas necessidades de aprendizagem fossem atendidas até o final do ciclo.

Mas, o que percebemos é que isso não acontece. Durante os três anos de um ciclo com progressão automática, os professores têm que lidar com turmas cheias, muitas vezes, alunos em situação de vulnerabilidade social, estudantes com deficiência e/ou transtornos de saúde, déficits de atenção e tantas outras “dificuldades”, além da ausência de algumas famílias no meio desse processo. Tem sido comum, portanto, alunos chegarem no fim do ano muito abaixo do que se espera em termos de aprendizagem, mas, mesmo assim, progredirem automaticamente para o próximo ano/série sem nenhum tratamento especial, sem nenhum plano para que ele consiga alcançar o conhecimento básico / habilidades esperadas ao final do ciclo. Resumindo: o que parece ser uma política de inclusão, que respeitaria os tempos de aprendizagem de cada um, se tornou um mecanismo de exclusão do acesso ao conhecimento. Portanto, na prática, o que vemos é uma total perda de autonomia da escola e dos professores em gerir a aprendizagem e avaliação sobre a aptidão ou não dos alunos no processo de progressão dos estudos.

O que tem acontecido nessa situação, em que os alunos progridem automaticamente por dois anos sem nenhum tratamento diferenciado, é que esses alunos vão acumulando defasagens. Quando chegam no final do primeiro ciclo, por exemplo, muitos alunos ainda não foram alfabetizados e nem dominam as operações matemáticas básicas, o que deveria acarretar na sua retenção para refazer o ano e suprimir as defasagens, considerando que o domínio desses

conhecimentos básicos são pré-requisitos para aquisição de conhecimentos e habilidades mais complexas.

Portanto, o foco da Secretaria de Educação da prefeitura de Belo Horizonte é bater sua meta de aprovação, independentemente do que os estudantes tenham aprendido, se

frequentaram ou não as aulas. Pressionam diretores e coordenadores a “negociar” as retenções com os professores. Na verdade, a palavra mais correta seria cercar ou mesmo assediar os professores com um discurso que os culpa pelo fracasso do aluno, ameaçando convocar os professores durante recesso/férias para justificar as retenções perante os gestores da Secretaria de Educação, além de ameaçar obrigar os professores a fazerem relatórios para justificar a reprovação de alunos, mas que na verdade funcionam apenas como mecanismos de punição dos(as) professores(as) que reprovaram algum(a) aluno(a).

Tentam fazer parecer apenas uma “orientação da gerência de ensino”, mas na verdade é assédio mesmo. Eles utilizam do discurso de que, se o aluno não aprendeu, foi por culpa do professor. Falas como essas a seguir são muito comuns quando os(as) professores(as) mostram os resultados dos alunos que deveriam ser retidos de acordo com a avaliação dos(as) professores(as): “Nossa, mas são muitas retenções, vamos ter que rever isso” “você só podem reprovar no máximo “x” alunos” “Tudo bem vocês reprovarem, mas terá que fazer um relatório com todas as ações que você fez para que esse aluno alcançasse os objetivos esperados na série”.

É muito comum, em reuniões de Conselho de Classe, coordenadores e diretores reproduzirem o discurso desses gestores, dizendo que existe uma “meta”, uma quantidade máxima de alunos que poderão ser reprovados. Isso mesmo, isso é dito por coordenadores e diretores sem o menor pudor. Isso significa dizer para o professor abrir mão de avaliar a aprendizagem para atender uma meta que é dos gestores. A meta do professor é a aprendizagem dos alunos, como consta na LDB (9394/96) que determina que a função do professor é “garantir a aprendizagem dos alunos”. Não faz parte da função do professor se preocupar com metas de aprovação ou reprovação; o docente tem o papel de avaliar a aprendizagem e aptidão ou inaptidão dos alunos para a progressão nos estudos.

Esse tipo de conduta dos gestores configura uma postura fraudulenta. Isso mesmo: os resultados do IDEB estão sendo manipulados por essa fraude, tendo em vista que o número de retenções de alunos interfere diretamente nesse resultado. Ou seja, invertem a situação, pois a meta do professor é a aprendizagem, e para garantir isso ele precisa de condições, que passam pela quantidade de alunos por sala, pela qualidade da infraestrutura oferecida, por um quadro amplo de professores, pelo acompanhamento das famílias e/ou Conselho Tutelar, pela existência de uma equipe de reforço permanente, tempo de planejamento adequado (mínimo de $\frac{1}{3}$ da jornada, conforme a lei do piso- lei 11.738/08), pelo oferecimento de formação continuada, assim como de psicólogos especializados em educação, além da valorização profissional com salários competitivos com o mercado em se tratando de profissionais com a mesma formação. Se houvesse uma preocupação dos gestores educacionais em fazer sua obrigação garantindo essas condições mínimas para que os(as) professores(as) realizassem o seu trabalho, certamente, os resultados não seriam os mesmos, e suas metas não estariam tão distantes da realidade do ensino dentro das salas de aula.

Essa obsessão dos gestores da PBH pela quantidade de retenções de alunos ao fim do ciclo fica ainda mais evidente quando se trata de alunos retidos por faltas. Por lei, a frequência mínima do aluno deve ser de 75% dos dias letivos para não ser reprovado, independentemente do seu desempenho. No entanto, existe um processo de Reclassificação que deveria ser para casos excepcionais, porém não é o que tem acontecido, pois o que deveria ser uma exceção, virou uma regra. Esse mecanismo de reclassificação tem sido usado

de forma indiscriminada, em que os alunos faltosos são mapeados e os professores são fortemente pressionados a aplicar atividades repetidas vezes para arquivar e justificar o seu processo de reclassificação, mesmo que esse aluno não se enquadre nos critérios de “excepcionalidade e individualidade”, nem nos critérios de “capacidades/habilidades essenciais em todas áreas do conhecimento”, critérios esses estabelecidos no próprio ofício SMD/DAOR/EXTER Nº 015/2023 que trata das “Orientações sobre a progressão parcial e reclassificação de estudantes da RME/BH.

Em suma, na prática, estamos vivendo na rede municipal de educação da PBH que também já é uma tendência nacional, infelizmente - um sistema de total descaso com a aprendizagem, que reflete fortemente no cotidiano da sala de aula. Não estou defendendo aqui a utilização dos processos de avaliação como forma de poder punir ou de excluir, mas retomar a sua função, que é regular e orientar o processo de ensino em direção à aprendizagem dos alunos em um processo de progressão dos estudos. Em outro sentido, a aprendizagem não depende somente das capacidades e habilidades, mas principalmente do compromisso e dedicação com as tarefas e participação nas aulas e atividades.

Sobre essa questão, estamos vivendo um verdadeiro caos. Com a progressão automática de alunos que não estão aprendendo, como já dito, se desencadeou uma onda de descrença, descomprometimento com tarefas e atividades escolares por parte dos estudantes, já que, ano após ano, o aluno percebe que escolher se dedicar aos estudos, ou não, não vai implicar em nada, absolutamente nada, ou seja, não há consequências em relação às suas escolhas. Daí, o que vemos são comportamentos cada vez mais inconsequentes que ocorrem na nossa frente e não temos nenhuma forma de impor algum limite. É a cultura do “não dá nada pra mim” que todo professor(a) da PBH, por exemplo, já deve ter ouvido de algum aluno. E é isso que acontece, quando o professor toma alguma providência de chamar o responsável, ou em situações mais graves de dano ao patrimônio ou mesmo de agressão verbal e/ou física (que normalmente vêm concomitantemente), em que é necessário chamar a Guarda Municipal ou a própria Polícia Militar. Esse tipo de situação, normalmente, é tratada por uma conversa, muitas vezes, infrutífera, porque chega a um ponto em que apenas a conversa não resolve. Imagine, por exemplo, se todas as infrações de trânsito fossem penalizadas com uma advertência “verbal” apenas. Isso iria ajudar a educar esse infrator ou ele continuaria cometendo as mesmas infrações, ou talvez, infrações mais graves?

Se o professor se sente ou de fato está ameaçado no ambiente escolar, a solução proposta atualmente é transferi-lo de escola, porque o aluno agressor não poderia perder o seu “direito” de estudar. Dentro dessa lógica, após uma situação grave de agressão ou ameaça, o(a) professor(a) é convidado a trocar de escola enquanto o(a) aluno(a) permanece, muitas vezes, mantendo um tipo de conduta ameaçadora com outros professores(as), alunos(as) e/ou funcionários. Essa sensação de impunidade tende a se transformar em um maior empoderamento às avessas, em que o indivíduo se sente mais à vontade para fazer o que bem entende sem ser incomodado, enfrentando, desafiando, exercendo influência profundamente

negativa sobre os demais, criando um ambiente hostil na sala de aula e se tornando uma espécie de referência de comportamento, que passa a ser vista pelos pares como uma postura de coragem, êxito, sucesso.

Nesse contexto, o professor perde a sua autoridade com a turma, ou pior, deixa de ser a principal referência de conduta, ao passo que os valores se invertem e alunos(as) com esse

perfil tendem a ter apoio dos demais, que se afastam das obrigações escolares e se enturmam em grupinhos que inviabilizam completamente o trabalho do professor, gerando no docente e em todos os demais alunos interessados em dar um bom andamento aos seus estudos, um sentimento de frustração e impotência perante essa realidade. Nesse cenário, em que professores têm que conviver com esses sentimentos de frustração e impotência, os índices de adoecimento e, conseqüentemente, absenteísmo são alarmantes. E concomitante a isso, o nível de rendimento e aprendizagem em sala despenca em queda livre.

A perda de autonomia da escola e do professor no processo de ensino / avaliação / aprendizagem, além da autonomia de impor regras e limites de conduta a comportamentos inadequados, não é casual. Em seu livro, “Autonomia de Professores”, José Contreras, em 2002, revelou que esse processo é uma estratégia política neoliberal que surge no Brasil a partir da democratização do ensino, impulsionada pela constituição de 1988. De acordo com o autor,

No contexto dessas políticas, importa menos a democratização e acesso ao conhecimento e a apropriação dos instrumentos necessários para um desenvolvimento intelectual e humano da totalidade das crianças e dos jovens e mais efetivar a expansão quantitativa da escolaridade, mesmo que seus resultados sejam de uma qualidade empobrecida. Ou por isso mesmo. E, quando esses resultados são questionados pela sociedade, responsabiliza-se os professores [...] (CONTRERAS; 2002, p.20)

O mesmo autor prossegue descrevendo as etapas desse processo intencional de proletarização e perda de autonomia da escola e dos professores:

a) a separação entre concepção e execução no processo produtivo, onde o trabalhador passa a ser um mero executor de tarefas sobre as quais não decide; b) a desqualificação, como perda dos conhecimentos e habilidades para planejar, compreender e agir sobre a produção e c) a perda de controle sobre o seu próprio trabalho, ao ficar submetido ao controle e às decisões do capital, perdendo a capacidade de resistência. (CONTRERAS; 2002, p.35)

Cansado de sofrer essa violência cotidiana em silêncio, tenho feito reflexões profundas sobre o absurdo que tem sido a postura dos gestores diante do problema de total desrespeito e descomprometimento com o ensino e a aprendizagem dos alunos. Com base nessas reflexões, percebo a necessidade de lutar pela autonomia das escolas em gerir as suas avaliações, priorizando as aprendizagens em detrimento de metas “alcançadas” através de procedimentos que manipulam os resultados e mascaram a verdadeira realidade da educação.

Para iniciar essa luta, devemos questionar o IDEB (Índice de Desenvolvimento da Educação Básica) como parâmetro principal dos gestores para avaliar o ensino nas escolas. O cálculo desse índice é gerado a partir de um cálculo que cruza a taxa de aprovação/reprovação com o

resultado de avaliações externas, como Saeb e Prova Brasil. Pra começar esses instrumentos de avaliação sem nenhuma questão dissertativa já revela o tamanho da sua fragilidade. Considerando que alunos analfabetos ou semi-analfabetos podem passar despercebidos por esses instrumentos de avaliação, esses resultados ajudam a esconder a profundidade do problema do ensino.

É preciso dizer que o IDEB é uma farsa. Ele não avalia para melhorar o ensino. O que ele faz é avaliar para colocar a culpa na escola e no professor. A verdadeira avaliação escolar se faz no processo. É enquanto se ensina que se procura identificar os problemas, os desvios, e se procura resolver. A avaliação escolar é algo muito importante para ser deixada nas mãos de políticos e empresários inescrupulosos e gananciosos, que se beneficiam dessa mentira chamada IDEB.

Mas o que estou reivindicando com isso? Na verdade, em primeiro lugar, estou questionando esse discurso falacioso que usa a bandeira da “inclusão” como pano de fundo, mas que, na verdade, é a maior forma de supressão do direito de aprender, de ter acesso ao conhecimento crítico, de poder conviver com seus pares, com professores e funcionários em um ambiente escolar seguro e acolhedor.

De um modo geral, temos experimentado na esteira desse processo de perda de autonomia da escola e do professor, uma permissividade ilimitada que é legitimada por gestores educacionais que utilizam o discurso de que o aluno tem o “direito”, independentemente do que aconteça, pois ele é uma “criança” e deve ser “protegida”. Essa permissividade exagerada acontece por não haver nenhuma forma sistemática de reprimir condutas impróprias e incivilidades. A sociedade em que vivemos é regida por leis e regras, direitos e deveres. Então, por que na escola isso seria diferente? Que tipo de educação estamos oferecendo para um estudante que reincidentemente e deliberadamente não realiza as atividades da aula? Ou pior, o que estamos ensinando quando normalizamos um aluno que conversa alto, grita, interrompe as explicações a seu bel prazer, se levanta e ostensivamente perambula pela sala, desconcentrando, atrapalhando e provocando outros alunos, ignorando não apenas todos os comandos, mas também a autoridade e, porque não, a própria presença do professor? Como pode o trabalho de um professor depender da boa vontade de algumas crianças/adolescentes? Como?

Sim, ser professor, em princípio, é fazer valer direitos, fazer ter conhecimentos sobre eles, incluir, e etc. No entanto, o professor também é um ser humano detentor de direitos e que, assim como qualquer cidadão, ou profissional no exercício da sua função, tem direito de ser respeitado e ter segurança no seu trabalho. São cada vez maiores as estatísticas de diversos tipos de violência contra os(as) professores(as) que vão desde micro-violências cotidianas a situações de agressão física e ameaças, que também têm advindo das famílias. Não há nenhuma proteção, simplesmente os professores estão totalmente vulneráveis e expostos à crescente violência escolar, muitas vezes tendo que escolher entre conviver com um aluno agressor ou ter que abrir mão da sua lotação escolar para “resolver o problema”.

Se não bastassem os problemas de dificuldade de aprendizagem, defasagens em conteúdos

básicos, a adaptação de aulas e avaliações para alunos com deficiência, temos que lidar com casos de total descomprometimento, de alguns alunos que passam a maior parte do tempo em sala bagunçando e atrapalhando a comunicação do professor com os demais alunos, prejudicando a si próprio e à turma toda.

Esse descomprometimento, muitas vezes, é agravado pela falta ou total ausência da família no acompanhamento da vida escolar desses alunos. Ou pior: famílias que ignoram os registros sobre o comportamento inadequado do aluno e culpam a escola e os professores por conveniência, sendo cada vez mais comuns casos de pais de alunos(as) que agrediram professores(as), coordenadores(as), diretores(as) e/ou funcionários(as). Assim, situações graves de incivildades, total descompromisso ou mesmo atos infracionais que acontecem no cotidiano e que deveriam ser resolvidos com apoio da família, não são devidamente tratados porque, simplesmente, a família não comparece quando solicitada, ou quando comparece, reforça o comportamento do(a) aluno(a). Sabemos que existe um mecanismo muito ineficiente de notificação de negligência familiar que é enviada para o Conselho Tutelar. No entanto, o processo que muitas vezes ao fim e ao cabo não resulta em nenhuma penalidade, é tão demorado que a situação acaba ficando por isso mesmo e o professor segue tendo que conviver com alunos desrespeitosos e inconsequentes.

E aí eu me pergunto: que tipo de cidadão estamos formando quando não conseguimos ensinar sobre os limites do respeito e do desrespeito? Que tipo de pessoa estamos formando quando ensinamos que eles não precisam se responsabilizar pelos seus atos, suas atitudes, suas escolhas? Quem nós estamos formando quando mostramos, na prática, que não é preciso se esforçar, não é preciso ter compromisso com as suas obrigações?

Proponho, portanto, que a categoria de professores da PBH coloque em pauta essa questão da AUTONOMIA DAS ESCOLAS DE ENSINAR, AVALIAR E QUALIFICAR O ENSINO tendo como foco principal a melhoria da aprendizagem e da qualidade das relações entre os alunos(as), professores(as) e todos trabalhadores(as) da educação que fazem parte desse processo.

Portanto, proponho as seguintes pautas para serem debatidas de forma mais ampla em ou audiência pública com representantes da Secretaria Municipal de Educação:

1. Discutir e debater o Sistema de seriação e progressão automática de alunos adotado pela PBH; Discutir a legalidade da forma como estão sendo feitas as “Reclassificações” de alunos que têm mais de 25% de faltas; Discutir sobre condutas de assédio por parte de gestores que tentam impor metas de reprovação/aprovação como forma de manipular os índices de reprovação;
2. Direitos dos professores e segurança no trabalho; Criar um mecanismo de proteção para professores e funcionários com protocolos que fiquem bem claros, para o professor e toda a comunidade, que garantam os direitos e segurança dos profissionais no exercício da sua profissão; Processo de transferência de alunos/famílias em situações graves de agressão ou ameaça a professores e/ou trabalhadores da educação em detrimento da transferência do professor;
3. Autonomia da escola para fazer valer seu Projeto Político Pedagógico e seu Regimento Interno, criados a partir dos princípios de democratização em que todos os segmentos que fazem parte da comunidade escolar (professores, alunos, famílias e funcionários) definirão regras, normas, direitos, deveres e sanções que deverão ser

respeitadas e cumpridas por todos. Dentre as sanções, a possibilidade de suspensão do aluno ou mesmo a sua transferência em situações graves e devidamente comprovadas.

CONTRIBUIÇÃO DE UM CONJUNTO DE TRABALHADORES DA REDE

POLÍTICA DE INCLUSÃO DA RMBH

1. Neoliberalismo e a Educação

O texto analisa a influência do neoliberalismo na educação, especialmente nas políticas de inclusão escolar, tomando como base as reflexões de Christian Laval³ em “*A Escola não é uma empresa*” e os textos sobre neoliberalismo e a inclusão escolar de Giovani Bezerra⁴. Os autores mostram que o neoliberalismo, ao se apresentar sob o discurso de eficiência e modernização, submete a educação à lógica empresarial, convertendo a escola em um espaço de gestão e desempenho. Bancos e organismos internacionais, como o Banco Mundial e a OCDE, difundem essa ideologia que privilegia controle de gastos, metas e mensuração de resultados, enfraquecendo a função social e humanizadora da escola pública.

O modelo neoliberal propõe a racionalização da escola nos moldes das empresas: definição de objetivos claros, uso de dados, padronização de avaliações e foco em resultados quantitativos. A gestão tecnocrática reduz problemas pedagógicos a questões técnicas, retirando autonomia docente e sobrepondo o discurso de especialistas, administradores e estatísticos. Essa ingerência fragiliza o ideal republicano da escola universal, laica e gratuita. Além disso, promove currículos utilitaristas voltados às demandas do mercado, em substituição ao ensino crítico e humanista. O gerencialismo, assim, esvazia o papel do professor, transforma-o em executor de procedimentos e valoriza a mensuração em detrimento da relação pedagógica. A escola passa a operar como uma empresa: define objetivos quantificáveis, adota padrões de avaliação e reduz a autonomia docente.

No contexto histórico de crise do Estado de bem-estar social e da transição para o modelo neoliberal, iniciado nos anos 1970, o neoliberalismo ao redefinir o papel do Estado, promove privatizações e cortes sociais, mantendo, entretanto, um Estado forte para garantir os interesses da burguesia. O chamado “Estado mínimo” é mínimo apenas para os pobres; para o capital, ele é máximo, assegurando a livre circulação de lucros e o controle sobre políticas públicas. Nesse processo, a política educacional torna-se um dos principais meios de legitimação da nova ordem econômica.

2. A pedagogia inclusiva como ideário neoliberal

Bezerra propõe uma análise crítica da chamada *pedagogia inclusiva*, expressão recorrente desde os anos 1990, impulsionada por organismos multilaterais (ONU, UNESCO, Banco Mundial). Embora a inclusão escolar de pessoas com deficiência seja apresentada como avanço democrático, o autor alerta que esse movimento é também parte de uma estratégia reformista e ideológica do neoliberalismo. Documentos internacionais como a Conferência Mundial de Educação para Todos (1990) e a Declaração de Salamanca (1994) são marcos dessa política, incorporada ao Brasil. A contradição central está em defender a inclusão como princípio humanizador ao mesmo tempo em que se adota um modelo empresarial, centrado

³ Laval, Christian: *A escola não é uma empresa: o neoliberalismo em ataque ao ensino público*.

⁴ Bezerra, Giovani Ferreira: *Neoliberalismo e formulações pedagógicas recentes: o ideário inclusivista em educação; Materialismo histórico-dialético e inclusão escolar: reflexões críticas*.

em eficiência e mercado. A inclusão, sob a lógica capitalista, é usada para disfarçar a exclusão estrutural do sistema.

O autor enfatiza que não se trata de negar os direitos das pessoas com deficiência, mas de compreender como a política de inclusão é apropriada pelo neoliberalismo. Ao mesmo tempo em que amplia o acesso à escola comum, o Estado reduz investimentos em escolas especiais; terceiriza profissionais de apoio e responsabiliza os professores sem garantir formação, apoio especializado e infraestrutura. A inclusão, assim, converte-se em uma estratégia de barateamento de custos e precarização do trabalho docente.

Ambos autores enfatizam como essas conquistas coexistiram com a permanência de práticas neoliberais: a lógica meritocrática, o foco em avaliações em larga escala (Saeb, Enem, Pisa, Ideb) e a adoção de modelos de gestão inspirados na Nova Gestão Pública (NGP). O Estado passou a medir a qualidade da educação por resultados quantitativos, pressionando escolas e professores por desempenho. Essa racionalidade empresarial enfraqueceu o ideal de formação integral e crítica, transformando a escola em instrumento de adaptação ao mercado.

3. Neoliberalismo e a Inclusão Escolar da RMBH

O Atendimento Educacional Especializado (AEE), antes centrado em contraturno e laudos médicos, passou a ser universalizado desde zero anos, incluindo qualquer estudante com necessidade educacional. Cada escola deve contar com professor de AEE, assistente social, psicólogo e auxiliares de apoio. O Relatório Multiprofissional de Avaliação Biopsicossocial tornou-se central para definir atendimentos e elaborar planos individuais. Apesar de avanços, mantém-se a precarização, já que a universalização não é acompanhada da devida ampliação de professores, recursos, formação docente, equipes multiprofissionais e infraestrutura.

Entre os problemas destacados estão:

- Descontinuidade dos atendimentos aos estudantes e das experiências pedagógicas acumuladas;
- Imposição de tecnologias assistivas de CAA com interesses mercantis;
- Burocratização excessiva com preenchimento de relatórios e planilhas em detrimento da ação pedagógica;
- Risco de enxugamento de auxiliares de apoio e a priorização de indicadores quantitativos sobre a qualidade real da aprendizagem.

Há também críticas à portaria municipal que prevê a redução de alunos em turmas com estudantes com deficiência, mas apenas a partir de 2027 e sob diversos condicionantes; além de denúncias sobre a falta de transparência na política educacional e gestão de matrículas em escolas especiais.

4. Considerações finais

Concluimos afirmando, como entidade sindical classista, democrática e com independência política frente aos governos e gestores, a importância da unidade dos trabalhadores em educação e famílias na defesa de uma escola pública, gratuita, laica e que efetivamente garanta o acesso, permanência e aprendizagem aos seus estudantes em detrimento da precarização e mercantilização da educação.

Assinam: Andreia Carla, Bárbara Guimarães, Clayton Márcio, Carolina Pasqualini, Cristina Alvarenga, Diana de Cássia, Firminia Rodrigues, Flávia Silvestre, Helbert Marconi, Jacinta Gomes, Marcus Vinicius, Neide Resende, Priscila Dantas, Rosmary Aguaio, Thiago Douglas, Vanessa Portugal, Wanderson Rocha.



PALESTINA LIVRE DO RIO AO MAR!



*Sindicato dos Trabalhadores em Educação
da Rede Pública Municipal de Belo Horizonte*

sindrede.org.br

Av. Amazonas, 491, 10º andar - Centro - Belo Horizonte / MG



@sindredebh



@sindrede



Sind-REDE

